
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MAYARA GISELE PEREIRA

**A EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO E NO
FRANQUISMO: UMA DISCUSSÃO INICIAL**

Rio claro

2017

MAYARA GISELE PEREIRA

A EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO E NO FRANQUISMO: UMA
DISCUSSÃO INICIAL

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –
Campus de Rio Claro, para a obtenção do
grau de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2017

379.209 Pereira, Mayara Gisele
P436e A educação no Estado Novo e no Franquismo: uma
discussão inicial / Mayara Gisele Pereira. - Rio Claro, 2017
62 f. : il., quadros

Trabalho de conclusão de curso (Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro

Orientador: Jorge Luís Mialhe

1. Educação e Estado – História. 2. Educação no Estado
Novo. 3. Educação no Franquismo. 4. Regimes totalitários. I.
Título.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela minha família e amigos.

Aos meus pais, irmãos e cunhadas pelo apoio, amor incondicional e incentivo.

Ao meu companheiro pelo suporte, amor e paciência.

Aos meus amigos e, principalmente, amigas de classe que foram essenciais em minha formação.

Ao Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe pela confiança, assistência, apoio e aprendizado.

RESUMO

Entre 1937 e 1945 aconteceram no Brasil e na Espanha, semelhantes tipos de governos totalitários de inspiração fascista. No Brasil, governado por Getúlio Vargas, é instalado o Estado Novo, exercendo a censura e a repressão aos seus adversários e soterrando os fundamentos da democracia liberal. Na Espanha, a partir da tomada do poder por Francisco Franco e o início do franquismo, a censura e a repressão também acontecem. Países que passaram pelo regime totalitário possuem características em comum como o esfacelamento dos direitos e garantias individuais, o controle do Estado sobre a economia e uma educação moldada de acordo com os objetivos e a ideologia do governante. A escola foi, no período estudado, mais que em nenhum outro momento, um aparato ideológico a serviço do Estado. Depois da guerra civil espanhola e do golpe varguista, a escola se converteu, definitivamente, em um poderoso instrumento utilizado para formar as crianças e os jovens conforme os princípios que convinham aos seus respectivos regimes. A escola tornou-se, principalmente, um meio de legitimação das ditaduras estabelecidas no Brasil e na Espanha. A educação, meio importante para a disseminação política ideológica é o núcleo do trabalho apresentado. A propaganda, a Igreja Católica e o Exército fizeram parte da educação no período e foram utilizados como meios e canais institucionais de intervenção e controle do Estado. Em ambos os países observou-se uma formação distinta entre os sexos, a religião presente em livros didáticos e o Exército elaborando as aulas de Educação Física. Esta pesquisa, de cunho bibliográfico e de natureza qualitativa, tem como objetivo comparar, no período de 1937 a 1945, o ensino primário em dois países que na mesma época estavam passando por regimes totalitários. O estudo tornou-se relevante ao comparar as formas de utilização da escola como um aparelho ideológico do Estado. Para tanto, procurou-se destacar as semelhanças ocorridas no espaço educacional a partir dos principais pilares que sustentaram a educação na época: Estado e seu braço militar e a Igreja Católica.

Palavras-Chave: Educação no Estado Novo. Educação no Franquismo. Regimes Totalitários.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BOE	Boletim Oficial do Estado
CNE	Conselho Nacional de Educação
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FET	Falange Espanhola Tradicionalista
PD	Partido Democrático
PRP	Partido Republicano Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	O BRASIL NA DÉCADA DE 1930 E O ESTADO NOVO.....	10
3	A ESPANHA NA DÉCADA DE 1930 E O FRANQUISMO.....	18
4	A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO ESTADO NOVO.....	23
5	A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO FRANQUISMO.....	35
6	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NO ENSINO PRIMÁRIO ENTRE OS DOIS PAÍSES.....	45
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Para Skidmore (1975, p.52) o mundo político ocidental, na década de 30, passava por grandes mudanças, o liberalismo, por exemplo, que se apresentava com grande força começa a perder a intensidade, cedendo espaço a outras formas de governo.

Em 1937, o então presidente Getúlio Vargas implantou no Brasil um regime de governo denominado Estado Novo, que segundo Skidmore (1975) “é a versão brasileira do modelo fascista europeu” Skidmore (1975, p. 52.), perdurando-se até 29 de outubro de 1945. Neste governo, Getúlio impôs censura às rádios e imprensas. Assim como estava acontecendo na Europa de Hitler e Mussolini, Vargas usa o rádio, o cinema e o teatro como meio de comunicação e propaganda.

É importante compreender que, ao contrário dos seus mentores europeus em matéria de fascismo, Vargas não organizou nenhum movimento político para nele basear seu regime autocrático. Não havia partido de Vargas, movimento do Estado Novo, nem quadros governamentais na sociedade brasileira. (SKIDMORE, 1975, p. 53)

No Estado Novo, tal como em outros regimes totalitários, a educação deveria seguir os ideais da Pátria. “Com a Constituição de 1937, entendemos que a educação deve ser obra eminentemente nacional em suas bases, em seus quadros e suas diretrizes” (LOUREIRO, 2000, p.2), cabendo ao Estado educar e desenhar o rumo dos jovens estudantes. Portanto, nesse momento, o papel da educação era de preparar os jovens para o trabalho e formar as novas elites que comandariam a sociedade.

A educação devia acontecer no sentido da cuidadosa preparação do indivíduo para tornar a Pátria mais feliz, fazendo-a mais disciplinada e forte.

Assim, a educação teve grande peso no período, Vargas utilizava-se dela para propagandear o regime.

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. (CAPELATO, 2007, p.123)

Depois de três anos, na Espanha, em primeiro de abril de 1939 termina a guerra civil, o país estava abalado, começando então o período de pós-guerra. O vencedor dessa guerra, Francisco Franco, para celebrar sua vitória, em 19 de maio do mesmo ano faz um grande desfile militar na cidade de Madri, onde nele participa uma representação dos dois exércitos que o ajudaram a vencer a guerra, um batalhão dos “Camisas Negras” italiana e outra da “Legião Condor” alemã. Começa então o período denominado Franquismo. Nesse trabalho, porém, será estudada apenas a primeira fase do período, que se perdurou de 1939 a 1945.

Nas mãos de Franco, estavam a chefatura do Estado, a presidência do governo, o comando das forças armadas e a chefatura nacional do único partido permitido, a Falange Espanhola Tradicionalista (FET).

Franco implanta na Espanha um estado de tipo totalitário, onde ele mandava e o país obedecia. Todos os meios de comunicação, assim como no Brasil, foram censurados, partidos foram perseguidos e sindicatos proibidos.

O governo de Franco é estruturado por três pilastras: o Exército, o partido único (FET) e a Igreja.

Deste modo, o sistema educacional também foi alterado, era essencial retomar os valores tradicionais e religiosos da sociedade espanhola. Nas escolas, praticamente tudo era planejado para implantar os princípios tradicionais, religiosos e pátrios. A Igreja introduzia costumes nas escolas, como por exemplo, ir à santa missa aos domingos e começar o dia de aula com a celebração de um ato de fé.

O regime criou em 1938, substituindo o de 1921, os “Cuestionarios de Enseñanza Primaria”, onde são apresentados os conteúdos que devem ser seguidos pela escola. Segundo Saladrinas (1989):

A única novidade que oferecem os conteúdos da escola franquista são os que se dominam «Formação Política, Doutrina e História do Movimento», parcela que o regime cede aos falangistas. Porém, uma leitura rápida desses conteúdos já nos anuncia que oferecem bem poucas coisas novas: muitas dessas lições nos fazem mais que rebitar a defesa espanhola do Catolicismo, glorificar a época do Império, o 2 de Maio [...] Nada se aparte de uma concepção reacionária de nossa História, na que a religião tem um papel chave. Tudo que se oferece como novo resulta ser a liturgia falangista: umas bandeiras, uns símbolos, uns hinos e uns cadáveres glorificados. Pura liturgia, sem ideologia original por trás. O regime na hora de repartir as parcelas de poder, deixou o ensino para os católicos; a família falangista viu que faziam umas concessões (a «sindicância» do Magistério,

por exemplo, e a direção das atividades ao ar livre), mas nada mais. (SALADRINAS, 1989, p.170, tradução nossa.)

Vimos, portanto, a educação como AIE (Aparelho Ideológico de Estado), “o aparelho escolar é o aparelho ideológico de Estado dominante nas formações sociais capitalistas” (ALTHUSSER, 1985, p.78). Ainda segundo Althusser (1985), cada AIE convém com o papel que lhe é imposto:

O aparelho político submetendo os indivíduos à ideologia política do Estado, a ideologia “democrática”, “indireta” (parlamentar) ou “direta” (plebiscitária ou fascista). O aparelho de informação despejando pela imprensa, pelo rádio, pela televisão doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. O mesmo ocorre com o aparelho cultural (o papel do esporte no chauvinismo é de primeira importância), etc. O aparelho religioso lembrando nos sermões e em outras cerimônias do Nascimento, do Casamento e da Morte que o homem é cinza e sempre será, a não ser que ame seu irmão ao ponto de dar a outra face àquele que primeiro a esbofetear. O aparelho ideológico familiar... Não insistamos. (ALTHUSSER, 1985, p.78)

Portanto, ao tratar a educação como AIE nos períodos estudados, nos deparamos com outros vários tipos de AIE, como o familiar e o religioso.

Esse período é importante para a compreensão e entendimento do processo educacional de nosso país e também de países que passaram por regime semelhante.

Sob essa ótica, o trabalho será desenvolvido para a compreensão da educação em países que passaram pelo regime totalitário, o qual busca situar as diferenças e similaridades no âmbito educacional no ensino primário no período estudado. O tema definido pretende somar no entendimento do processo educacional dos países, pois, ao longo da história vemos resquícios de conteúdos e obrigatoriedades que foram implantadas em tais regimes.

A pesquisa tem como objetivo analisar e comparar a educação primária no período de 1937 a 1945 em países regidos por sistemas totalitários, como o Brasil governado por Getúlio Vargas, período denominado Estado Novo e a Espanha por Francisco Franco, chamado período franquista.

Nessa pesquisa, serão desenvolvidos análises e balanços dos contextos históricos dos países, a relação que se dava com a educação primária, além de desenvolver comparações e familiaridades do sistema educacional dos períodos

tratados. Portanto, para o desenvolvimento deste trabalho utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica. No segundo e terceiro capítulo aspectos políticos decorrentes da década de 1930 serão analisados, permitindo assim, o entendimento prévio dos golpes estabelecidos em ambos os países. No quarto e quinto capítulo a educação primária é compreendida a partir dos pilares que maneavam os governos: a Igreja, o líder e o Exército. Por fim, o capítulo seis traz as comparações estabelecidas no ensino primário entre os países que passaram pelo regime.

2 O BRASIL NA DÉCADA DE 1930 E O ESTADO NOVO

No final da década de 1920 a economia brasileira fundamentava-se na exportação agrícola, porém, com a queda da Bolsa de Nova York em 1929, os países (principalmente os Estados Unidos) deixam de importar produtos brasileiros, como o café, produto de maior exportação nacional, provocando uma enorme queda em seu preço¹.

Esta situação rachou a estrutura oligárquica da República Velha. Uma parte aliou-se à nova classe empresarial urbana e às classes médias ascendentes para derrubar o regime. Governos importantes, como os de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, romperam com a oligarquia paulista e com o governo federal. (POMAR, 1999, p.7)

Além dos problemas econômicos, eleva-se o desacordo político entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Para as eleições de 1930, o então presidente Washington Luís e a oligarquia paulista ignora o tradicional acordo “café-com-leite”, pelo qual que ora era eleito um presidente de São Paulo (produtor de café) e ora um de Minas Gerais (leiteira). Contudo, Washington Luís indica o paulista Júlio Prestes, do PRP (Partido Republicano Paulista) e rompe com o acordo.

Nesse momento nasce a Aliança Liberal, onde gaúchos, mineiros e membros de outros estados que eram contra as oligarquias tradicionais se unem apoiados por grupos industriais emergentes da classe média e de setores da burocracia militar e civil², assim, o gaúcho Getúlio Vargas é indicado para presidente e o paraibano João Pessoa para vice-presidente.

De um lado, Júlio Prestes, de outro, Getúlio Vargas. Júlio Prestes vence. Porém, em 26 de junho acontece o assassinato do ex-candidato a vice-presidente e governador da Paraíba João Pessoa, fazendo com que o clima se exaltasse para uma rebelião. Assim, rebeldes vindos da Paraíba, Minas Gerais e do Sul do país marcham para o Rio de Janeiro. Convencido, Washington Luís deixa o cargo e não empossa Júlio Prestes.

¹ LOUREIRO, Hercília Helena Paraluppi. **Educação no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945)** 2000. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000. p.6

² POMAR, Wladimir. **Era Vargas: a modernização conservadora**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999. p.8

Em 3 de novembro de 1930 a presidência é entregue a Getúlio Vargas, que organiza o denominado Governo Provisório. Getúlio Vargas destituiu os governadores dos estados, colocando em seus lugares interventores, como delegados do governo central:

O governo provisório, resultante da vitória do movimento militar de 1930, foi presidido por Getúlio Vargas e composto pelos líderes revolucionários civis e pelos tenentes. Preocupado em centralizar as decisões e reduzir o poder dos grupos estaduais, destituiu os governadores dos estados, exceto de Minas Gerais. Em seu lugar, colocou interventores, como delegados do governo central. (POMAR, 1999, p. 10)

Segundo Pomar (1999, p.10), Getúlio centraliza todas as decisões sobre política agrícola, industrial e financeira, comércio externo e interno, abastecimento e salários. Ainda em 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Vargas passou a governar através de decretos-lei. O presidente não tinha pressa, tomava medidas de longo prazo, centralizava o poder e não convocava a Constituinte que deveria restabelecer o Estado de Direito.

A medida que as ideias intervencionistas e centralizadoras iam tomando magnitude, as oligarquias, que foram colocadas à margem do poder central, passaram a conspirar contra o governo provisório:

Diante disso, setores das oligarquias tradicionais, cuja base econômica, social e política ainda era forte, já conspiravam em 1931. Preparavam um levante militar para derrubar o governo e retornar à situação anterior. Reclamavam da centralização excessiva, da intransigência, do autoritarismo e do favorecimento à indústria, embora parte importante do empresariado industrial também fosse ligado à lavoura. (POMAR, 1999, p.12)

Segundo Pandolfi e Grynszpan (1987):

Em São Paulo, por exemplo, ao nomear interventor federal, em novembro de 1930, o tenente João Alberto, Vargas tomou evidente sua intenção de diminuir o poder político da elite econômica mais forte do País. (PANDOLFI; GRYNSPAN, 1987, p.10)

Inquieto, o “estado do café”, clamava por uma Constituinte pelo fato de Getúlio Vargas governar apenas por decretos. Os paulistas pressionavam os interventores do estado (muitas vezes não sendo paulistas). Formou-se, então, a

Frente Única, união entre os membros dos partidos PRP e o PD (Partido Democrático) para a derrubada do governo provisório.

Em 23 de maio de 1932 um grupo invade a Liga Revolucionária, local onde grupos que apoiavam o governo se reuniam. No combate morreram, Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. As iniciais dos nomes dos estudantes (MMDC) vira motim de propaganda contra o governo.

Assim, em São Paulo, a partir 9 de julho do mesmo ano se inicia a chamada Revolução Constitucionalista. Os paulistas esperavam contar com o apoio de outros Estados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o que não ocorreu. São Paulo fica isolado³. Nos meses seguintes, ocorreu uma sangrenta guerra civil com mortos e feridos.

A população de São Paulo, sobretudo na capital, se mobilizou: milhares de civis, incluindo os estudantes da Faculdade de Direito, no largo do São Francisco, alistaram-se nos batalhões de voluntários; fábricas adaptaram-se à indústria de guerra; colônias de imigrantes italianos e sírios prestaram socorro aos feridos; o clero católico deu suas bênçãos aos combatentes. A “causa paulista” foi abraçada com um fervor cívico que ainda não se conhecia no estado, e o entusiasmo feminino superou as expectativas: milhares de mulheres, ricas e pobres, doaram suas joias atendendo ao chamado da campanha Ouro pelo Bem de São Paulo, lançada sobre o pretexto de conseguir lastro para pagar os custos da guerra. Entre julho e setembro, por volta de 90 mil alianças de casamento foram entregues ao governo estadual, por suas proprietárias, para serem derretidas. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 364-365.)

Porém, em 2 de outubro, os paulistas, cercados por tropas federais, se rendem⁴. Mas, apesar do fracasso militar, o Governo Provisório concede a São Paulo um interventor paulista, Armando Salles de Oliveira, além de comprometer-se a reconstitucionalização do país. Para Pandolfi; Grynszpan (2003, p.13), a Revolução de 32 provocou uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares.

O movimento trouxe consequências importantes. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central. [...] Em agosto

³ “A verdade é que, apesar das divergências com o poder central, as elites regionais do Rio Grande do Sul e de Minas não se dispunham a correr o risco de enfrentar, pelas armas, um governo que haviam ajudado a colocar no poder há menos de dois anos.” (FAUSTO, 1999, p.346)

⁴ POMAR, 1999, p.12.

de 1933, Getúlio nomeou afinal um interventor civil e paulista, no pleno sentido da expressão: Armando Salles de Oliveira, com vínculos no PD e cunhado de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*. (FAUSTO, 1999, p.350)

Em 1933 elegeu-se uma Assembleia Nacional Constituinte, onde deveria ser elaborada uma nova Constituição para o país. Em julho de 1934 a Constituição é promulgada, ao mesmo tempo que Getúlio Vargas era eleito, por voto indireto, o presidente da República pela Constituinte. Na nova Constituição foi estabelecido: o voto secreto, o direito ao voto às mulheres, a criação de uma Justiça Eleitoral, os direitos trabalhistas como o salário mínimo e férias remuneradas, proibição do trabalho para menores de 14 anos e ensino primário gratuito e obrigatório⁵.

Após 1934, o Brasil se polariza com duas distintas tendências políticas. De um lado, as manifestações fascistas da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do outro da Aliança Nacional Libertadora (ANL), unindo socialistas, democratas e comunistas.⁶

A AIB foi fundada em 1932 por Plínio Salgado e visava um Estado anticomunista. Para Pomar (1999, p.14), em nome da luta contra o comunismo, e na expectativa de uma aproximação com o regimes fascistas europeus, Plínio Salgado transformou a AIB em força auxiliar do governo.

A ANL foi fundada no início de 1935 e visava um Estado democrático e opunha-se ao totalitarismo de direita e era presidida por Luís Carlos Prestes. Assim, não demorou para iniciar a repressão aos membros da ANL. Ao final de 1935 os integrantes da ANL passam a conspirar um levante militar, que ficou conhecido como “Intentona Comunista”, que foi descoberto e sufocado por Getúlio. Tal fato motivou a Decretação do estado de sítio, que se prolongou até o ano seguinte, com a repressão a toda a oposição de esquerda.

Por outro lado, com medo do comunismo, as oligarquias e outros setores conservadores estimulavam o fascismo e apoiavam o endurecimento do regime. Sensível a isso, Getúlio assumiu o comando da guerra interna contra o comunismo. Fechou a ANL e reprimiu a Intentona Comunista de 1935 com brutalidade. Ao mesmo tempo, namorava o fascismo italiano e o nazismo alemão. Deu cobertura ao movimento integralista e, através de seu chefe de polícia, Filinto Müller, transformou os integralistas em auxiliares da perseguição e da repressão aos adversários políticos. (POMAR, 1999, p.17)

⁵ POMAR, 1999. p.16

⁶ Ibid., p.14.

As eleições de 1938 se aproximavam e os candidatos estavam sendo lançados: Armando Sales de Oliveira, governador de São Paulo; o paraibano José Américo de Almeida e Plínio Salgado, chefe dos integralistas.

Em setembro de 1937 é divulgado um documento, onde, supostamente comunistas tomariam o poder, depredariam prédios públicos e causariam a morte de autoridades civis, tal plano era chamado “Plano Cohen”. O Plano era falso. Foi concebido pelo capitão Mourão Filho, que o entregou a Góis Monteiro, para sua oficialização.

Ao aproximar-se a eleição de 1938, Vargas tramava a sua continuidade e as Forças Armadas conspiravam uma ditadura. No final de 1937, foi encontrado o pretexto para o golpe: um suposto Plano Cohen, pelo qual os comunistas pretenderiam subverter o país. Na verdade, tal plano não existia; foi preparado pelo capitão Mourão Filho, do grupo integralista do Exército, que o entregou a Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior. Este transformou a falsificação em versão oficial. (POMAR, 1999, p.19)

Tudo preparado por Getúlio, em 10 de novembro de 1937, é anunciado no rádio uma nova Constituição e a instauração do Estado Novo. Com o apoio de militares, Vargas dissolve o Congresso Nacional.

Com todos os requintes de regime totalitário se inicia no Brasil um período ditatorial. Getúlio Vargas suspende os direitos de opinião e garantias individuais, a população fica proibida de manifestar-se, caso contrário, seriam punidos. Os comunistas foram os mais visados, perseguidos, presos, mortos e reprimidos pela ditadura do Estado Novo⁷. Vargas recebia apoio de Goebbels, Ministro da Propaganda Nazista, que elogiava o presidente e a nova Constituição. A ascensão de governos autoritários cresceu em âmbito mundial, ainda que houvesse semelhanças com o fascismo o Estado Novo, esse não seguia literalmente os ideais fascistas⁸.

Apesar disso, no caso do Estado Novo imposto por Vargas, não se tratava de um regime fascista, e menos ainda da reprodução de um modelo fascista europeu- português ou italiano, ou ainda espanhol. Sua natureza era outra: autoritária, modernizante e pragmática. [...] O projeto de uma sociedade autoritariamente controlada pelo Estado – e não apenas suas classes

⁷ POMAR, 1999, p.21.

⁸ LOUREIRO, 2000, p.15.

populares – envolvia, é claro, o estabelecimento de um sistema repressivo capaz de manter com sucesso a tampa sobre o caldeirão e impedir a ebulição de qualquer atividade oposicionista. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.375, grifo nosso.)

Além da repressão e perseguição política, o Estado Novo caracteriza-se também pela discriminação racial, principalmente contra imigrantes japoneses e judeus⁹.

O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais, sobretudo de esquerda e alguns liberais. Mas não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço: católicos, integralistas, autoritários, esquerdistas disfarçados ocuparam cargos e aceitaram as vantagens que o regime oferecia. (FAUSTO, 1999, p.376)

Ainda em 1937 é elaborada uma nova Constituição, conhecida como “Polaca” por mostrar similaridade com o modelo da Constituição fascista da Polônia na época, ela não foi submetida a referendo popular e restringia intensamente o poder dos estados. A nova Constituição de fundamento autoritário foi feita pelo ministro Francisco Campos e aprovada por Eurico Dutra, o então ministro da Guerra. Sua principal característica era a centralização do poder além da intervenção estatal na economia.

Segundo um levantamento feito na época, a Carta é toda ela, com pequeníssimas exceções, baseada em Constituições estrangeiras, de países onde imperam preferentemente regimes de força: Polônia, Alemanha, Itália, Portugal, Lituânia e Áustria. O estudo detalhado de cada uma das influências mostra-nos que as incorporações estrangeiras não só são as de caráter coercitivo, mas todo o seu conteúdo social e institucional se baseia na possibilidade de limitar a noção de liberdade e a introduzir experiências fascistas. (CARONE, 1988, p.156)

O nacionalismo era primordial. Getúlio Vargas instituiu no Brasil um regime de tipo totalitário, onde o centralismo e o autoritarismo faziam parte do governo. Os direitos democráticos foram suspensos.

O estilo de Vargas de governar era considerado popular, procurava se aproximar das camadas populares buscando conseguir seu apoio, assim, o modo de

⁹ POMAR, 1999, p.21.

governo foi denominado “populismo”, o presidente ficou conhecido como o “pai dos pobres”.

O Estado Novo investindo na industrialização, cria em 1941 a Companhia Metalúrgica de Volta Redonda e em 1942 a Companhia Vale do Rio Doce. Assim, nesse período cria-se um número considerável de indústrias.¹⁰

Durante o início da Segunda Guerra Mundial em 1939¹¹, o governo mantém-se neutro, devido as relações tradicionais com os Estados Unidos, porém, em 1941 os Estados Unidos entram na guerra e os países latino-americanos sofrem pressão¹² para tomarem partido a favor dos aliados.

Um dos principais órgãos do governo foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 27 de dezembro de 1939, nele, o governo usava de todos os meios para impor sua ideologia e imagem, além de censurarem e ter o controle dos meios de comunicações particulares. Em todos os meios de comunicações é imposta a propaganda favorável ao governo como em cinemas, rádios, jornais, revistas e literatura social. Foi criada a “Hora do Brasil”, transmitida entre as oito e nove horas da noite, horário que a população estava em casa¹³.

O DIP exerceu funções bastante extensas, incluindo cinema, rádio, teatro, imprensa, “literatura social e política”, proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”, agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país”; dirigiu a transmissão diária do programa radiofônico “Hora do Brasil”, que iria atravessar anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo. (FAUSTO, 1999, p.376)

Em cada Estado forma-se um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) e cabe a eles censurar e produzir suas próprias edições e propagandas, subordinado ao Rio de Janeiro. DIP foi extinto em maio de 1945. Para Carone (1988):

¹⁰ LOUREIRO, 2000, p.16.

¹¹ Sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial, rever o livro: SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

¹² POMAR, 1999, p.23.

¹³ CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p.170.

O Departamento de Imprensa e Propaganda é criado em 27 de dezembro de 1939, num momento tardio do Estado Novo, mostrando que há espaço de tempo grande entre o golpe e a realização de determinados objetivos. Ele é “diretamente subordinado ao Presidente da República” e objetiva “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional”. (CARONE, 1988, p.171)

Assim como outros líderes fascistas e nazistas, Getúlio procura de toda forma se auto propagandear. Acontece a personificação do mito. Seu aniversário, por exemplo, a partir de 19 de abril 1940 é comemorado festivamente por estados e órgãos oficiais. Discursos e passeatas marcam a data¹⁴. Rádios e jornais celebram e acentuam sua pessoa. Segundo Carone (1988, p.168) “estadista”, “homem de ação”, “clarividente”, “pai dos pobres” marcam a personalidade do presidente.

Portanto, para a classe trabalhadora, por exemplo, Getúlio Vargas foi um presidente preocupado com o povo brasileiro, concedendo atenção especial aos trabalhadores, sendo considerado o “pai dos pobres”, pois é seu governo que Vargas cria o Ministério do Trabalho e estabelece as leis trabalhistas. Outros, porém, como as oligarquias tradicionais, veem a preocupação e amparo de Vargas com os trabalhadores como um pretexto para impedir uma revolução social.

Assim foi o governo de Vargas, amado e odiado, o presidente fez com que o país atravessasse oito anos de estagnação política, censura e totalitarismo. Questões polêmicas e complexas fazem parte do tal governo, porém, é inegável que nele ocorreu o auge das manifestações artísticas e culturais e a consolidação dos direitos trabalhistas.

A queda do Estado Novo se dá em 1945, para Fausto (1999,) quando os militares e a oposição liberal com a concordância dos dois candidatos à presidência da República “decidiram entregar o poder transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.” (FAUSTO, 1999, p.397). Portanto, é encerrado o período do Estado Novo no Brasil.

¹⁴ CARONE, 1988, p. 167.

3 A ESPANHA NA DÉCADA DE 1930 E O FRANQUISMO

Até o ano 1931 a Espanha era governada por uma monarquia onde o Rei do país, Afonso XIII, apoiava o regime ditatorial que o general Miguel Primo de Rivera comandava¹⁵. Com a crise de 1929 o descontentamento popular aumentou¹⁶, gerando a queda de Rivera em 1930. Para Buades (2013):

A Espanha do começo dos anos 1930 era um dos países mais atrasados da Europa ocidental, com taxas de analfabetismo escandalosas para os padrões do continente; uma estrutura econômica em que a agricultura ainda representava mais da metade da riqueza nacional; uma indústria pouco competitiva que subsistia graças ao protecionismo e um setor de serviços incipiente; uma indústria turística promissora, mas sem fôlego para amortecer as carências dos outros setores. (BUADES, 2013, p.25)

Assim, em 12 de abril de 1931 acontecem as eleições. O partido Republicano vence. O início da segunda República tem como presidente Niceto Alcalá-Zamora, porém, o homem influente do governo é o líder do centro-esquerda Manuel Azaña. O partido anuncia que pretende transformar o país em um Estado laico, moderno, democrático e constituir a reestruturação do exército¹⁷. Em dezembro de 1931, depois de seis meses de debates, a Constituição da República é promulgada, nela é estabelecida a democracia parlamentar, a separação da igreja e Estado e o direito ao voto às mulheres¹⁸. Os socialistas consideravam a República um passo para a conquista de um Estado socialista¹⁹. Porém, segundo O'Malley (2010):

Os industriais, temerosos da crescente força dos trabalhadores, também viam a República como uma inimiga e que eram incapazes de utilizar o sistema parlamentar como instrumento para modernizar o país. Durante o primeiro período da República, de 1931 a 1934, houve constantes distúrbios protagonizados pelos trabalhadores na indústria e no campo, que colocavam o governo em uma difícil situação. (O'MALLEY, 2010, p.30. Tradução Nossa.)

A Igreja, parte socialmente importante, perde todos os privilégios conquistados até o momento, são eliminados os símbolos religiosos em postos

¹⁵ MEMORIA de España - España, España. Produção de Fernando García de Cortázar. Espanha: Radiotelevisión Española, 2005. Son., P&B. Disponível em: <<http://www.rtve.es/alacarta/videos/memoria-de-espana/memoria-espana-espana-espana/3298145/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

¹⁶ O país atravessava uma crise econômica, política, cultural, grandes diferenças nas classes sociais, fome e miséria.

¹⁷ MEMORIA de España - España, España, op.cit, 2005.

¹⁸ Ibid., 2005.

públicos, o divórcio é legalizado e o clero não possui mais o controle sobre a educação.²⁰ De acordo com Buades (2013):

A Igreja Católica (que, recordemos, era a anterior ao aggiornamento do Concílio Vaticano II) opunha-se ao discurso liberal de separação entre Igreja e Estado, era contrária ao ensino público e laico e não digeriria facilmente que outras confissões religiosas pudessem se expressar livremente em um país como Espanha, de tradição marcadamente católica-apostólica-romana. Os republicanos de 1931 foram, em sua relação com a Igreja, os epígonos do liberalismo progressista e exaltado do século XIX e cometeram o mesmo erro de seus antecessores em relação à questão religiosa. (BUADES, 2013, p. 28)

O governo de Alcalá-Zamora dura apenas dois anos. Nas eleições de 1933, vence o partido de centro-direita, liderada por Alejandro Lerroux, um velho republicano. Os socialistas creem que a República havia sido traída²¹. Enquanto isso, na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini são instalados Estados de tipo totalitários. Em outubro do mesmo ano, José Antonio Primo de Rivera, filho do ditador, funda um partido de cunho fascista, a Falange Espanhola Tradicionalista (FET).

A FET apesar de ser influenciada pelos regimes italiano e alemão, tinha suas peculiaridades espanholas. Segundo Rodríguez (2005, p.2), possuía em si o pensamento nostálgico da antiga Espanha, os valores do nacionalismo, do imperialismo e do catolicismo sustentavam a crença pelos quais a sociedade devia se estruturar.

O governo de Lerroux revisa e suspende grande parte dos projetos do governo anterior. A oposição se radicaliza, começam a preparar uma greve geral revolucionária.

Em outubro de 1934, em Astúrias, a greve preparada pelos socialistas é posta em prática²². Assaltam os postos da guarda-civil, do exército e as fábricas de armas. O governo da República declara estado de guerra e encarga o general Francisco Franco, um jovem militar de quarenta e dois anos, de brilhante carreira nas colônias de Marrocos para conduzir, desde Madri, as operações contra os rebeldes²³. Os

²⁰ MEMORIA de España - España, España, 2005.

²¹ Ibid., 2005.

²² “Essa região do norte da Espanha, possuía uma das principais jazidas de carvão da península ibérica [...] Bem armados, com uma estrutura paramilitar bem organizada e protegidos por uma geografia montanhosa, os mineiros e operários asturianos impuseram o desafio mais difícil ao governo radicalcedista.” (BUADES, 2013, p.57)

²³ MEMORIA de España – España, España, op.cit., 2005.

conflitos duram duas semanas e devido a sua brutalidade, alcança o nível de uma guerra civil. O exército acaba por sufocar a rebelião que deixa resquícios ao país.²⁴

A repressão à Astúrias se transformou, em muitos aspectos, em um prelúdio do que aconteceria menos de dois anos depois. Franco não mostrou nenhuma consideração pela dignidade humana dos revoltados, tratados como insetos que deviam ser esmagados para evitar que a doença revolucionária se espalhasse pelo resto do país. (BUADES, 2013, p.57-58)

Por conseguinte, em 1936 acontecem novas eleições. De um lado, os esquerdistas se unem à Frente Popular e a direita a Falange Espanhola, fundada por José Antonio Primo de Rivera.

A Frente Popular vence. A violência cresce nas ruas, falangistas e esquerdistas se enfrentam.

Emílio Mola, chamado por “diretor” assume a liderança do grupo conspiratório, tal grupo visava a instalação de um golpe de Estado:

Mola aceitou a liderança, embora estivesse ciente de que a junta militar que eventualmente surgisse deveria ser comandada por um general mais experiente. Eis que José Sanjurjo, militar veterano e exilado em Portugal após a tentativa de 1932, foi tido como o nome de consenso para liderar a rebelião. [...] Fora do âmbito estritamente militar, diversos políticos conservadores e de extrema-direita deram apoio aos conjurados. Líderes monarquistas puseram os generais rebeldes em contato com destacados financistas, como Juan March, na época o homem mais rico da Espanha, com uma fortuna pessoal entre as dez maiores do mundo. (BUADES, 2013, p.65)

O general Francisco Franco negava o convite dos rebeldes. Porém, a partir da morte de José Calvo Sotelo, Franco toma partido da rebelião, assim:

Essa morte dissipou as dúvidas de Franco sobre a necessidade de participar do movimento “salvador da pátria”. Com os recursos concedidos por Juan March, os conspiradores alugaram um avião, um Havilland Dragon Rapide, na Inglaterra. Sob o pretexto de conduzir um grupo de turistas britânicos às ilhas Canárias, os rebeldes conseguiram o meio necessário para transportar Franco ao norte da África, onde Millán Astray, Yagüe, Beigdeber e outros oficiais aguardavam instruções para dar início ao golpe de Estado. (BUADES, 2013, p. 66-67)

Assim, após muitas lutas, mortes e conflitos começa no país uma sangrenta guerra civil²⁵.

²⁴ MEMORIA de España – España, España, op.cit, 2005.

Na guerra civil, os nacionalistas empreenderam uma cruzada contra o ateísmo marxista e as tendências socialistas²⁶. Após três anos de conflitos bélicos, em 1939, a guerra civil termina. A República é derrotada e Francisco Franco toma o poder. Agora se inicia na Espanha um período denominado Franquismo, que termina em 1975 com o falecimento do generalíssimo, porém, neste trabalho será estudado apenas a primeira fase do período, que perdura até 1945.

“El Caudillo”, como Francisco Franco era chamado, começa a governar de forma autoritária e repressiva. Assim como países com governos totalitários, a Espanha passa por um período de censura e não-democracia.

Nas mãos de Franco está o governo, o comando das forças armadas e da Falange Espanhola Tradicionalista (FET). O novo Estado, que se declara católico, devolve a Igreja o poder perdido durante a República. O governo de Franco é sustentado por três pilares essenciais: o Exército, a Igreja e a FET.²⁷

Todos os tipos de censura são estabelecidos: partidos e sindicatos são proibidos, os meios de comunicação controlados e os funcionários públicos demitidos.

O Exército foi defensor do regime até seu último momento. Sua tarefa não era apenas se concentrar em defender o território de forma física, mas também possuíam a jurisdição sobre os delitos políticos, além de compartilhar com Franco a ideologia de ordem pública²⁸.

A Igreja Católica apoiava todo e qualquer ato do franquismo. Havia uma estreita aliança entre ela e o novo governo. Foi um elemento presente na vida intelectual dos cidadãos, propagando a ideologia do regime.

Enquanto isso, o país sofre as consequências da guerra civil, os que perderam a guerra enfrentam a fome, a miséria, muitos são exilados e outros fogem para a América. A paz chegou apenas para os vencedores²⁹.

O modo de Franco governar baseava-se no nacionalismo e patriotismo, o amor à pátria deveriam ser prioridade, o anticomunismo e tradicionalismo era seu

²⁵ A passagem do país pela guerra civil pode ser melhor compreendida em: BUADES. Josep, M. **A Guerra Civil Espanhola**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

²⁶ Na guerra civil os falangistas tinham apoio militar da Itália fascista e da Alemanha nazista.

²⁷ MEMÓRIA de España - ¡Franco, Franco, Franco!. Direção de Fernando García de Cortázar. Espanha: Radiotelevisión Española, 2005. P&B. Disponível em: <<http://www.rtve.es/alacarta/videos/memoria-de-espana/memoria-espana-franco-franco-franco/1505495/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

²⁸ Ibid., 2005.

²⁹ MEMÓRIA de España - ¡Franco, Franco, Franco!, op.cit., 2005.

principal lema, o qual por sua vez, a imagem do ditador era sempre que possível enaltecida por meio de propagandas.

Segundo Morlino (1983), as discussões entre historiadores no período franquista se atribui ao fato do período ser longo, caracterizando-se de diversas formas, por isso a complexidade para a denominação do regime. De acordo com o Morlino (1983):

Contudo, podemos pensar que todos os autores aceitariam uma distinção mínima de duas fases: uma que começa bem antes de 1939, mais precisamente com o golpe de Estado militar de 17-18 de julho de 1936, e termina com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945); a outra que, após um período confuso de mudanças e de crises, se desenrola, caracterizando-se melhor, entre o fim dos anos 50 e final da década de 60, terminando com o início da transição para a democracia (1975). (MORLINO, 1998 p. 526)

Para entender o regime, há que entender o líder por trás dele, para Piug (2011):

Graças a sua imagem de “Salvador da Espanha”, lhe foi atribuída uma personalidade carismática. Seu carisma esteve impregnado de um claro componente religioso. A fórmula “Caudillo por la gracias de Dios”, lhe legitimava religiosamente, tendendo a enfatizar seu caráter irresponsável, como alguém que não devia seu poder a vontade do povo, nem, no fundo, a nenhum outro fator. Este componente messiânico e religioso, levava consigo que não existia nenhum tipo de poder o qual ele tivesse que prestar contas, já que era responsável apenas “ante Deus e ante a História. (PIUG, 2011, pg. 3. Tradução nossa.)

Franco, assim como Vargas, foi amado e odiado. Para uns era considerado inteligente e possuidor de um conhecimento sem limites, para outros era astuto, ambicioso, cruel e insensível.

A ditadura na Espanha perdurará por trinta e seis anos e termina em 1975 com a morte do generalíssimo, quando se encerra um capítulo da História da Espanha.

4 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO ESTADO NOVO

Em 1930, no governo provisório, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que fica sob o encargo de Francisco Campos. Em 11 de abril de 1931 é realizada a reforma do ensino superior e em 18 de abril do mesmo ano a reforma do ensino secundário:

O ensino secundário e o superior foram regulamentados em 1931, logo após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. O ensino primário e o normal, porém, tiveram de esperar, até mesmo em virtude das reformas institucionais recém-instituídas. Embora elaboradas pelo ministro Gustavo Capanema, as leis que normatizaram esses níveis de ensino só foram promulgadas em 1946, após a queda de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, pelo presidente interino José Linhares. (VEIGA, 2007, p.282, grifo nosso.)

Em vista disso, como destacado acima, o fato de este trabalho privilegiar o estudo das políticas para o ensino primário e, sua reforma ter sido instituída apenas em 1946 por Gustavo Capanema, será analisado e compreendido o período até 1945, quando vigiam as reformas feitas anteriormente.

A educação no Brasil vinha, desde a década de 1920, sofrendo mudanças. Segundo Bomeny (1999):

Os movimentos em favor da educação datam o início do século. Concentram-se ali iniciativas esparsas de reformas educacionais. Os anos 20 consagraram as mais importantes, todas elas batizadas com nomes de educadores que as conceberam: reforma Anísio Teixeira, reforma Fernando de Azevedo, reforma Francisco Campos [...] Espalhadas em diferentes estados da Federação, tais reformas denunciavam sinais de vitalidade educativa, ao mesmo tempo que apontavam para uma certa inorganicidade da política educacional brasileira. Eram empíricas, esparsas, invertebradas, se pensadas para a nação; sem sistematicidade, diziam os Pioneiros da Escola Nova em sua fase de maior expressão nos anos 30. (BOMENY, 1999, p. 138)

O documento “A reconstrução educacional no Brasil: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, assinado por um grupo de 26 intelectuais e liderado por Fernando de Azevedo em 1932 defendia e favorecia a escola pública:

Sua escrita teve origem na convocação em 1931, pelo então ministro Francisco Campos, da IV Conferência Brasileira de Educação, cujo tema era “As grandes diretrizes da educação popular no Brasil”. Previa-se uma discussão que contribuísse para traçar as principais metas do ensino em colaboração com o governo provisório de Getúlio Vargas, ainda que já tivessem sido fixadas pelo ministro as leis orgânicas do ensino secundário,

da reforma universitária e do ensino religioso para as escolas primárias. (VEIGA, 2011, p. 287)

No manifesto, além de uma introdução, doze itens são apresentados: Movimentos de renovação educacional; Diretrizes que se esclarecem; Reformas e a reforma; Finalidades da educação; Valores mutáveis e valores permanentes; O Estado em face da educação (escola pública, única, laica, gratuita, obrigatória e coeducação); A função educacional (unidade e autonomia); O processo educativo, o conceito e os fundamentos da educação nova; Plano de reconstrução educacional (linhas gerais, ponto nevrálgico da questão, o conceito moderno de universidade e o problema universitário no Brasil, o problema dos melhores); A unidade de formação de professores e a unidade de espírito; O papel da escola na vida e a sua função social; A democracia, um programa de longos deveres.³⁰ A proposta previa: Escola pré-primária, de 4 a 6 anos; escola primária, de 7 a 12 anos; escola secundária, de 12 a 18 anos e ensino superior³¹.

Portanto, se o objetivo dos signatários era de defender uma escola pública e laica, os líderes do grupo católico, representados por Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima e outros não aceitavam esta concepção³², causando um conflito de ideias no período, pois de um lado estavam os grupos que eram a favor do manifesto, defendendo uma educação laica, pública e gratuita e do outro, os conservadores católicos que defendiam a educação subordinada a doutrina religiosa, a educação diferenciada por sexo, o ensino particular e a educação como responsabilidade da família³³.

Assim sendo, as reformas ocorridas no período, denominadas Reforma Francisco de Campos, foram importantes para as questões educacionais, como a “integração entre as escolas primária, secundária e superior, e ainda, com a elaboração do estatuto da universidade brasileira. Nesse período, também foram introduzidos o ensino primário gratuito e obrigatório e o ensino religioso facultativo” (PIANA, 2009, p.64).

³⁰ VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. p.287.

³¹ Ibid., p.288.

³² VEIGA, op. cit, p.287.

³³ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 21. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. p.84.

A Constituição de 1934, em seu artigo 150, dispunha que era competência da União “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução, em todo o país”. Afinal, essa Constituição trazia como novidade a imposição da gratuidade, da obrigatoriedade, da vinculação percentual dos impostos para o financiamento da educação, de um currículo que contemplasse tanto o nacional quanto o regional. (CURY, 2011, p. 800)

Em 1934 Francisco Campos é substituído por Gustavo Capanema, que administra o Ministério da Educação e Saúde até a queda do Estado Novo, em 1945:

O Ministério da Educação e Saúde, desde 1934 comandado por Gustavo Capanema, gerou e imprimiu para a educação brasileira uma série de medidas enquadradas dentre aquelas de propósitos nacionalizadores. Desse modo, o currículo das instituições educacionais foi transformado, vindo a ser determinado por uma série de políticas educacionais contendo prescrições para a gestão e as práticas pedagógicas. (SANTOS, 2006, p. 420)

Em 1936, a Lei n. 174 regulamenta o CNE (Conselho Nacional de Educação), órgão criado por Francisco Campos em 1931³⁴:

Esse órgão tinha como uma das principais atribuições, conforme o artigo 2º § 1º, “elaborar o Plano Nacional de Educação, para ser aprovado pelo Poder Legislativo, e propor ao Poder Legislativo quaisquer modificações do plano nacional de educação” (artigo 2º, § 2º). Devido à importância desse Plano e também ao grande trabalho que teria, houve a necessidade da elaboração de um regimento interno próprio para organizar as atividades daquele colegiado no período da elaboração do PNE e para a execução de suas funções consultivas normais. (CURY, 2011, p. 801)

Portanto, o “CNE adquiriu, aos poucos, funções legislativas e de controle minuciosos do sistema educacional, funções estas que o Plano Nacional de Educação preservou e ampliou.” (LOUREIRO, 2001, p.21). Assim:

A reforma da educação passou pela elaboração de um Plano Nacional de Educação que teve como base os resultados de um grande inquérito sobre a educação nacional. Em maio de 1937, o Conselho Nacional de Educação

³⁴ CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um novo Plano Nacional de Educação. **Cadernos de Pesquisa**. v. 41, n. 144, p.791-811, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a08.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

encaminha a Capanema o texto final do plano, que é enviado pelo presidente da República ao Congresso para aprovação. Em seu art. 1º estava previsto que o plano só poderia ser alterado após 10 anos de vigência, e Capanema solicita sua aprovação “em globo”. Era um documento extenso, com 504 artigos ao longo de quase 100 páginas de texto, e buscava consagrar uma série de princípios e opções educacionais, de forma alguma consensuais, e cuja discussão a proposta de “aprovação em globo” visava, justamente, a evitar. (BOMENY, 1999, p. 138)

Para tanto, enquanto o Ministério da Educação se atentava ao PNE, de acordo com Horta (1994):

O Brasil caminhava a passos largos para o Estado Novo e Francisco Campos elaborava a nova Constituição, que seria outorgada ao país em 10 de novembro de 1937. Ora, a visão que Francisco Campos tinha do civismo não era igual àquela que os membros do Conselho Nacional de Educação tinham consagrado no projeto por eles elaborado. O país vivia um período de intensa mobilização política, da qual não estava afastada a juventude (veja-se, por exemplo, a Juventude Integralista) e Francisco Campos pensava em “civismo” que fosse, antes de tudo, mobilizador. E traduzirá esta concepção na Constituição que será por ele redigida. (HORTA, 1994, p.158)

Em 10 de novembro de 1937 acontece a revogação da Constituição de 1934, “a constituição de 1937 consagrou o dualismo educacional, ou seja, um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público destinado as elites e, um ensino profissionalizante destinado as camadas populares”. (LOUREIRO, 2001, p.21).

Ainda, segundo a nova Constituição³⁵:

Art 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

Art 127 - A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não

³⁵ A Constituição de 10 de novembro de 1937 está disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

O fato do governo ser totalitário faz com que estabelecimentos e escolas estrangeiras fossem fechadas No Decreto-Lei nº. 383 de 18 de abril de 1938³⁶, os estrangeiros são proibidos de exercer qualquer atividade de natureza política, direta ou indiretamente:

Art. 2º É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

Art. 4º - As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Parágrafo único. Fica-lhes, contudo, ressalvado o direito ao uso de uniforme escolar e às reuniões para aulas e outros fins de ordem didática.

Para tanto, Vargas começa a usar a educação como meio de transmissão de seus ideais:

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. (HENN, NUNES, 2013, p.1041 *apud* CAPELATO, p.123)

A educação se transforma em um meio para conduzir e propagandear as ideologias do Estado. As disciplinas de Educação Física e Educação Moral e Cívica eram obrigatórias, ou seja, era por meio delas que as conduções de pensamentos,

³⁶ Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>

princípios e valores eram passados. O ensino religioso, mesmo sendo facultativo, também era um meio de transmissão dos ideários patrióticos e religioso, já que a maioria da população era católica.

Para Vargas em 1936 seria indispensável:

Fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral e evitando, principalmente, que a mocidade, tão generosa em seus impulsos e tão impressionável nas suas aptidões de percepção e de inteligência, se contamine e se desvie do bom caminho. (VARGAS, 1938, p.141 *apud* HORTA, 1994, p.148)

A presença de bandeiras e o canto do hino também estavam nas escolas:

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. Havia promessas de um futuro grandioso. As crianças aprendiam o que significava o novo através de publicações de textos em formas de diálogo: as perguntas e respostas ensinavam didaticamente o sentido das mudanças. (CAPELATO, 2007, p.123, grifo nosso.)

O texto grifado acima representa a presença do autoritarismo e a imposição dos ideais nos livros didáticos. De acordo com Capelato (2007), no “Catecismo cívico do Brasil Novo, os pequenos aprendiam importância do princípio da autoridade e da ordem. No item referente ao ‘Princípio da autoridade’ estava posta a seguinte pergunta, seguida da resposta”:

Pergunta: O exercício da autoridade suprema por um chefe não contraria a vontade do povo em uma democracia?

Resposta: Absolutamente, não. O Chefe do Estado, em um regime democrático como o que foi estabelecido no Brasil pela Constituição de novembro, é o expoente do povo, o seu representante direto [...] Obedecendo, portanto, ao Chefe que representa, o povo, apenas, se conforma com aquilo que ele próprio deseja e é executado pelo depositário de uma autoridade por ele conferida³⁷. (CAPELATO, 2007, p.124)

³⁷ Verifica-se, aqui, um nítida influência dos *Catechismi del Fascismo*, sobretudo quando se pergunta: “Perchè bisogna obbedire a un Capo? Perché nella subordinazione di tutti alla volontà di un Capo, che non è volontà capricciosa, ma è volontà seriamente meditativa, e provata dagli avvenimenti, il Fascismo ha trovato la sua forza ieri e troverà la sua forza e la sua gloria domani”. GALEOTTI, Carlo. **Crede, obbedire, combattere**: I Catechismi Del Fascismo. Viterbo: Stampa Alternativa, 1998, p.22.

Segundo Loureiro (2001, p. 43) a educação moral e cívica não deveria ser ministrada em tempo determinado mas, deveria fazer parte da vida escolar, sendo trabalhada a todo momento, sempre que possível. De acordo com Horta (1994):

A educação moral e cívica deveria ser ministrada em todos os graus e ramos do ensino sem constituir em nenhum deles uma disciplina à parte no currículo. No curso primário deveria ser considerada “elemento de curso comum”; no curso secundário seria ministrada pelo professor de História do Brasil e nos cursos superiores “sob a forma de deontologia da respectiva profissão (Artigo 26). (HORTA, 1994, p.157)

A Educação Moral e Cívica deveria ser conduzida de “modo teórico, pelo conhecimento do bem, e de modo prático, pelo exercício do bem”³⁸. Já o ensino cívico:

Quanto a educação cívica esta deveria abranger “o estudo dos deveres do homem, como cidadão, nas suas relações com a Pátria e a humanidade”. A “educação cívica doutrinária” ensinaria aos alunos “os deveres do homem para com a coletividade, em matéria política, fiscal, militar, econômica, técnica e educativa”. (HORTA, 1994, p. 157)

Vemos, no entanto, o ensino de Educação Moral e Cívica como uma extensão dos ideais do Estado, o amor à pátria, o respeito ao presidente e a intenção da formação do “homem completo” marcam a pretensão do governo no período do Estado Novo.

Outro modo de transmissão das ideologias patrióticas era o Canto Orfeônico, disciplina obrigatória no ensino primário a partir de 1934. Segundo Lemos Júnior (2011) Fernando Azevedo era contra o ensino da arte dentro da educação tradicional, ou seja, uma educação apenas para “embelezar”, esquecendo-se da aprendizagem:

O autor apresenta um ponto importante para a análise da Música na escola, uma vez que ressaltava que durante a educação tradicional, os rituais e festividades escolares serviam apenas como “vitrine” e eram realizadas apenas para deleite dos pais. Mais tarde, Villa-Lobos também se preocuparia com esta questão, uma vez que relatou que o excesso de apresentações poderia ser prejudicial para o trabalho do professor em sala de aula. O sentido de “renovação da coletividade” aparece no texto de Fernando de Azevedo, demonstrando novamente a afirmação de uma educação em busca da sociabilidade entre os estudantes. A ênfase em atividades em conjunto tornava-se então um dos elementos centrais para uma educação que privilegiava o ensino para as massas. (LEMOS JÚNIOR, 2011, p.281).

³⁸ HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. P.157

O maestro Heitor Villa-Lobos ao voltar de Paris em 1930, desejou implantar um novo plano de educação musical no Brasil:

Após a Revolução de outubro de 1930, ano em que Getúlio Vargas assumiu a presidência da República, Villa-Lobos manteve ativas suas tentativas de reconstrução da educação musical brasileira, utilizando em seu discurso um forte apelo nacionalista, associado à defesa da música brasileira de raiz (canções folclóricas). Em 12 de janeiro de 1932, Villa Lobos entregava ao presidente Getúlio Vargas um memorial sobre o ensino de Música e Artes do Brasil. Neste documento, Heitor Villa-Lobos problematizava a questão artística do Brasil no âmbito educacional, comparando-a novamente com as experiências realizadas em outros países. Além disso, o maestro apresentava a Música como a melhor e mais eficaz propaganda do Brasil para o exterior. Para Villa-Lobos, a Música e as demais artes apareciam como elementos que deveriam ser valorizados por um Governo preocupado com a formação de seus cidadãos. (LEMOS JÚNIOR, 2011, p.284)

O Canto Orfeônico, passa a exaltar o presidente, “o governo organizou o ensino do canto orfeônico nas escolas e em 1942, criou a Escola de Canto Orfeônico. Portanto, com o Estado Novo os adventos orfeônicos tornaram-se mais eficiente e melhor planejados.” (LOUREIRO, 2001, p. 46).

Outra disciplina que marcaria a trajetória do Estado Novo no campo educacional, era a educação física:

A ligação entre educação e saúde traduzir-se-á por uma ênfase cada vez maior na educação física, inicialmente voltada para o desenvolvimento físico individual e logo relacionada com o fortalecimento da raça. A partir de 1937, a educação física passará a ser um setor privilegiado de atuação dos militares, que pretenderão utilizá-la para a concretização da sua presença nas escolas. (HORTA, 1994, p.2)

No final da década de 1930 o mundo passava por conflitos políticos, onde a juventude era vista primordialmente como a salvadora da pátria. De acordo com Simões e Goellner (2012), “a ideia do jovem atleta era posta a representar a força, a vitória não só do atleta, mas também do próprio regime”. Nesse sentido, “o corpo precisava ser educado física e moralmente, pois, convenientemente educado, favoreceria o desenvolvimento do espírito, operando também como um instrumento útil a serviço dos interesses da Nação”. SIMÕES e GOELLNER (2012, p. 263),

Assim como em outros países, a educação física passa a ser uma aliada do governo, já que preparariam o indivíduo para a guerra e aconteceria a exaltação da

força e da beleza. O esporte tornou-se sinônimo de estilo de vida, “o espetáculo de uma juventude forte de espírito e de músculos” (MALVANO, 1996, p.269).

Portanto, segundo Horta (1994, p.28) os políticos acreditavam na necessidade da integração do Exército com o sistema educacional e a participação das Forças Armadas na política da educação³⁹.

Ainda no primeiro semestre de 1936, aproveitando-se do processo desencadeado pelo Ministério da Educação como vistas à elaboração do Plano Nacional de Educação, o capitão Severino Sombra publica um artigo em duas importantes revistas militares, no qual, argumentando a partir das relações entre educação e segurança nacional, procura convencer seus colegas do Exército a colaborarem com o Ministério da Educação na elaboração do Plano, insistindo ao mesmo tempo sobre a necessidade da aceitação desta colaboração, por parte das autoridades educacionais. (HORTA, 1994, p.42)

Porém, o objetivo dos militares era se instalar no campo educacional:

Ao mesmo tempo em que assumiam a direção e o controle da educação física em nível ministerial, os militares procuravam garantir a sua influência direta no ensino da educação física em nível de escolas, seja atuando na formação dos professores, seja assumindo diretamente esta função. (HORTA, 1994, p.72)

Assim, os militares tinham o controle da Divisão de Educação Física, da Escola Nacional de Educação Física e Desporto criada em 1939 para a formação de professores, e “concedendo em sua escola o diploma de licenciatura em Educação Física para os oficiais nela formados, os militares tinham em suas mãos a educação física escolar do país”. (LOUREIRO, 2000, p.51)

Outro ponto primordial do sistema educacional no período do Estado Novo foi o papel que a Igreja exerceu sob a educação. Como citado anteriormente, o ensino religioso católico era facultativo, porém, relações estabelecidas entre Igreja e Estado fazem com que os ideais religiosos penetrem nas escolas.

As relações entre Igreja e Estado são estabelecidas por Getúlio Vargas em julho de 1939, quando ele apresenta a Igreja como colaboradora entre o “poder político” e o “poder espiritual”⁴⁰. Vargas permite que a Igreja aja com liberdade:

³⁹ “A colaboração dos militares na organização e direção da Divisão de Educação Física será solicitada por Capanema ao Ministro da Guerra, em abril de 1937. E será em nome da segurança nacional que esta solicitação será feita”. (HORTA, 1994, p.69)

⁴⁰ HORTA, 1994, p.118.

Mas, na concepção de Vargas, a atuação da Igreja deveria limitar-se ao domínio religioso, em sentido estrito: pregação e “domínio sobre as almas”. Em troca, o Estado Novo esperava dos membros do clero que estes, através da palavra e do exemplo, ensinassem aos fiéis a obediência à lei, a ordem e a disciplina. (HORTA, 1994, p.119)

Portanto, devido a essa relação de “troca”, a Igreja atua sob as crianças de forma clara, é por ela que o amor à pátria, os valores tradicionais e a ordem é transmitida. Assim, ao elaborar as Leis Orgânicas para o ensino secundário “Capanema tem diante dos olhos a lei espanhola, que inclui o ensino da religião católica nos sete anos.” (HORTA, 1994, p.122).

Segundo Horta (1994, p.119) nos primeiros anos do Estado Novo, a Igreja se manifesta à favor do governo e sua concordância com a proposta de separação entre “poder político” e o “poder espiritual”. Respondendo ao discurso pronunciado por Vargas diante do episcopado reunido no Concílio Plenário Brasileiro, D. Augusto Álvaro da Silva dirá que poderá contar com sua ajuda para a elevação nacional, visando a Pátria como a grande beneficiária⁴¹.

A Igreja tinha interesse na obrigatoriedade do ensino religioso e, esteve atenta à promulgação das Leis Orgânicas. Em relação ao ensino primário, este estava transcorrendo de acordo com a Constituição de 1934 e, portanto não implicava em preocupação por parte da Igreja. Quanto ao ensino secundário, a Igreja defendia a obrigatoriedade do ensino religioso e, principalmente a frequência obrigatória nas escolas particulares (escolas da Igreja). (LOUREIRO, 2000, p.52)

Em outubro de 1939, a Comissão Nacional do Ensino Primário encaminhava ao Ministro da Educação um anteprojeto de decreto-lei dispendo sobre a organização nacional do ensino primário. Segundo Horta (1994, p.121), neste projeto a questão do ensino religioso mencionada e mantem-se o espírito da Constituição de 1937. Alceu Amoroso Lima reage e encaminha ao Ministério da Educação uma proposta alternativa⁴², nela:

O ensino religioso, que constituirá matéria do curso ordinário das escolas primárias, incluída no horário escolar, será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis no ato da matrícula, não podendo, porém, constituir objeto de obrigação dos

⁴¹ D. Augusto Álvaro da Silva. Discurso por ocasião do banquete do Itamarati. Citado em Beozzo. José Oscar op.cit.p.325. *apud* José Silvério Baía Horta, p.119.

⁴² Horta, 1994, p.121

mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos⁴³.

Contudo, a proposta não se concretizou e o ensino religioso manteve-se como facultativo.

Segundo Horta (1994), para Gustavo Capanema:

A “educação para a pátria” era vista por ele, em 1940, como desprovida de qualquer vinculação a uma ideologia precisa e, portanto, isenta de qualquer característica de luta ideológica. Tratava-se de dar aos alunos a compreensão e despertar neles o sentimento da pátria como um patrimônio a ser defendido e ampliado. (HORTA, 1994, p.176)

Além do mais, em Horta (1994), Capanema estabelece uma distinção entre “sentimento patriótico” e “consciência patriótica”. O “sentimento patriótico” segundo ele, seria desenvolvido no ensino primário:

O ensino primário deve dar elementos essenciais da educação patriótica. Nele, o patriotismo, esclarecido pelo conhecimento elementar do passado e do presente do país, deverá ser formado como um sentimento vigoroso, como alto fervor, como amor e devoção, como sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade para com a Pátria.⁴⁴

Também é no governo de Vargas que é criado o Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). O órgão foi criado em 1938 por Gustavo Capanema que:

Nomeou Lourenço Filho para organizar e dirigir o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). As atribuições do novo órgão incluíam organizar a documentação relativa ao ensino e à educação, promover o intercâmbio com instituições estrangeiras, realizar pesquisas sobre problemas, métodos e processos pedagógico-educacionais, investigar o campo da psicologia aplicada à educação e prestar assistência técnica a estados, municípios e particulares. (VEIGA, 2007, p. 282)

Porém, “durante o Estado Novo, no entanto, a principal tarefa do Inep foi a de prestar assistência técnica no aperfeiçoamento dos quadros do magistério e na qualificação de administradores escolares”. (VEIGA, 2007, p.282).

Logo, percebemos o ensino primário durante o período do Estado Novo, como o primeiro passo para as concretizações das ideologias do Estado. Nele, seriam

⁴³ CPDOC: Gustavo Capanema, GgC 37.12.05 (II-7). *apud* Horta, 1994, p.121.

⁴⁴ CPDOC: Arquivo Gustavo Capanema, GgC 36.03.24/1 (VII) *apud* Horta, 1994, p.178.

inseridos os valores tradicionais, as ideias de amor à pátria e ao presidente e as concepções de ordem e disciplina estabelecidas no ensino religioso.

5 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO FRANQUISMO

A originalidade do franquismo reside no fato de que são as instituições tradicionais, o ensino e - sobretudo - a Igreja, se tornarão instrumentos a serviço do totalitarismo, exercendo um controle permanente sobre a formação intelectual e cívica da juventude, sobre a vida familiar e profissional, sobre os costumes e sobre as atividades cotidianas do povo espanhol. (MILZA, 1991, p.401)

A escola foi, desde o início, um aparelho ideológico de infiltração política no período franquista. Por meio da educação, o governo se desenvolve e se perpetua. Se na República alguns direitos foram conquistados, no regime franquista eles são banidos e substituídos. A Igreja, por exemplo, que perde a importância sob a educação na República, volta com força no franquismo, ela tem e transmite grande parte do ensino nas escolas. Agora, a FET e a Igreja detêm o controle da educação.

O fato do governo de Franco ser sustentado por três pilares (Igreja, FET e Exército) fez com que a educação fosse instrumento do governo e era através do ensino que os valores tradicionais, religiosos e pátrios eram transmitidos.

Portanto, neste capítulo será estudado o ensino primário no período franquista e como a educação era vista como artefato político, subordinado ao generalíssimo.

A carência de escolas vindas desde a década de 20, fez com que a educação passasse por um delicado período. Segundo O'Malley (2010):

A tarefa que o governo republicano enfrentava era enorme. Em 1931, 32,4% da população era analfabeta e o Ministério nem sequer se dispunha de estatísticas confiáveis sobre o número de colégios existentes e sua situação. Realizou-se um estudo urgente onde se deduziu que para atender as necessidades da população em idade escolar seria imprescindível criar 27.151 escolas de imediato. (O'MALLEY, 2010, p.38, tradução nossa.)

Porém, devido aos problemas econômicos e até mesmo a falta de professores, o governo então:

[...] desenhou um plano para criar 7.000 escolas em 1931 e 5.000 em cada ano seguinte. Enquanto aos professores de nível primário, que ainda estavam sujeitos a dez categorias e salários distintos, os de três níveis inferiores receberam grandes incrementos salariais. O professorado respondeu com entusiasmo aos planos da República. Se revisou o

programa de estudos da Educação Secundária de modo que se evitara a especialização precoce e no setor privado se impôs o uso de profissionais do ensino totalmente qualificados. (O'MALLEY, 2010, p.38, tradução nossa.)

Portanto, os planos da República para a educação eram notáveis e entusiásticos. O pensamento republicano defendia o conceito de uma escola laica, gratuita, unificada e financiada apenas pelo Estado, além de se integrarem ao sistema político as escolas privadas⁴⁵.

De acordo com Gálan (2000):

O pensamento educativo que se coloca em prática na Segunda República, através da ação legislativa e do Governo, tem claramente duas origens: a Instituição Livre de Ensino (ILE) e o pensamento educativo do PSOE, ambas concepções educativas imbricadas mutuamente e por sua vez, devedoras do pensamento educativo das escolas novas, da escola ativa, da escola unificada, da escola laica, quer dizer, das vanguardas educativas dos primeiros trinta anos do século XX. (GÁLAN, 2000, p.318, tradução nossa.)

Consequentemente, a Igreja, membro importante das decisões monárquicas, perde seu poderio sob a educação, inclusive nas unidades de ensino particulares, já que o novo plano educacional almejava a integração das escolas privadas ao sistema público. Na Constituição de dezembro de 1931 as Igrejas perdem o poder de exercer atividades religiosas relacionadas ao ensino, exceto em seus próprios centros⁴⁶.

Até 1934, segundo O'Malley (2010, p.39), tentando a regeneração do país através de métodos pedagógicos, o governo durante os primeiros anos da Segunda República (1931-1934), destinou sob sua administração, respectivamente, 5,69%, 5,92%, 6,57% e 7,8% de seu orçamento para a educação. No governo republicano, de acordo com o mesmo autor, foram, no total, empregados 16.155 novos professores, construídas 12.862 novas escolas e se escolarizou 52,9% da população em idade escolar.

Porém, acabada a guerra civil, seus vencedores consideravam importante a reforma no campo pedagógico. A Instituição Livre de Ensino, instituição fundada em 1876 para planejar os rumos da educação, era considerada pelos novos

⁴⁵ O'MALLEY, Pamela. LA EDUCACIÓN EN LA ESPAÑA DE FRANCO. In: O'MALLEY, Pamela. **La Educación en la España de Franco**. 2. ed. Madrid: Gens, 2010. Cap. 1. p. 38.

⁴⁶ Ibid., p. 38.

governantes como “uma potente influência negativa que devia ser combatida e que suas ideias perniciosas deviam ser erradicadas de todas as práticas educativas”⁴⁷.

Suspenderam os programas de ensino que estavam sendo estabelecidos e a demissão de professores ocorreu em massa. Aqueles professores que estavam em oposição ao novo regime foram demitidos. Segundo Mayordomo (1999), aspectos profissionais, morais, religiosos, políticos ou sindicais foram utilizados nos processos de demissão dos profissionais de ensino como forma de punição e/ou prevenção.

A onda de desoneração de professores foi significativa no período:

De um total de 1.156 professores de Ensino Primário em Burgos em 1934, 440 foram propostos pela “Comisión Local de Purgas” para serem sancionados. A “Comisión Nacional de Purgas” confirmou a sanção em 302 casos, 19 foram objeto de acusações mais graves e 119 casos foram anulados. As sanções iam desde pequenas multas a suspensão permanente do cargo docente. Aparte dos mencionados, 7 professores foram detidos, 54 foram para a prisão, 21 executados e 10 desapareceram. As autoridades calcularam que outros 18 conseguiram escapar. (O'MALLEY, 2010, p.41, tradução nossa.)

Com o regime totalitário instalado, a educação passa novamente por mudanças. O novo Ministro da Educação, José Ibáñez Martín, um nacionalista católico integralista, propôs a continuação da demissão de professores em massa caso não mostrassem fidelidade total ao “Caudillo”, às ideias da Falange e a visão patriótica de uma Espanha imperialista e tradicional⁴⁸.

Uma circular de 10 de abril de 1937 ordenava que em:

[...] todas as escolas figurassem a imagem da Santíssima Virgem e que todos os dias, na entrada e na saída das aulas, alunos e professores fizessem saudações religiosas. Outra ordem, de 22 de setembro de 1937, sugeria a adoção de um livro obrigatório (que não chegou a se realizar) contendo a História da Espanha com base na unidade social, política e religiosa forjada pelos reis Católicos, a Espanha Imperial de Carlos V e Felipe II, com a Colonização da América, a Inquisição, a Contra-Reforma e as Guerras Carlistas. Por suas páginas desfilariam os heróis e santos que serviriam de exemplo para as crianças: a elas deveriam ser ensinadas as características da raça que deveriam admirar, a fé cristã, a fidalguia cavalheiresca, a cortesia, o valor militar e a ponderação. (SANDALINAS, 1990, *apud* CAPELATO, 2009, p.124)

⁴⁷ Ibid., p. 42.

⁴⁸ O'MALLEY, *op.cit.*, p. 41.

O professor deveria transmitir os ideias do regime, enaltecendo e vangloriando o líder e a nação. A Igreja, agora parte novamente importante, acompanhada do Estado, volta a atuar sobre a educação; crucifixos podiam ser vistos em todas as salas de aulas. Acompanhado do crucifixo estava a foto de Franco, juntando assim, simbolicamente, a Igreja e o poder do Estado.

Segundo Fernández (2000), os papéis da Igreja e da Falange no sistema educacional foram assim estabelecidos:

A Igreja irá desenvolver sua tarefa educativa através de duas causas. Através do sistema formal de ensino no qual manterá grandes responsabilidades (a família -dos católicos- são as que irão ocupar a direção do sistema escolar) e através das redes de associações de apostolados, especialmente as de Ação Católica, sem esquecer todas as atividades paroquiais. A família falangista se ocupará de forma quase exclusiva da educação política e social, através de uma rede de instituições que formam parte dos meios de comunicação e difusão popular, a Organização Sindical, a Seção Feminina e a Organização Juvenil. (FERNANDEZ, 2000, p. 334, tradução Nossa.)

Ainda segundo o mesmo autor, os falangistas se viram obrigados, em um regime nacional católico a incluir a doutrina católica e o ensino da fé no núcleo dos programas formativos de suas instituições (Frente de Juventude, Seção Feminina, Organização Sindical, etc.) que também tiveram, desde o princípio, uma Assessoria Religiosa⁴⁹.

[...] o religioso impregna ampla e fortemente o clima escolar e o conjunto de suas atividades. Uma amostra bem completa nos pode oferecer, por exemplo, uma circular da Junta Provincial de Instrução Pública de Valência, que em 1943, insiste ante os professores em recordar obrigações e recomendações já marcadas com anterioridade: a necessidade do mestre em se converter em um catequista auxiliar “na unidade de ação e espírito” com o pároco; a necessidade de praticar a assistência corporativa de professores, meninos e meninas das escolas públicas e privadas à Santa Missa, aos domingos e dias de preceito; a conveniência de ampliar a instrução religiosa com um caráter formativo, que abarque também o desenvolvimento da piedade e das práticas religiosas, ou o segmento escolar dos ciclos litúrgicos, ou a explicação semanal do Santo Evangelho; a celebração nos centros escolares de devoções como o mês de maio ou a reza do Rosário, etc. (MAYORDOMO, 1999, p.15, tradução nossa.)

⁴⁹ FERNÁNDEZ, Florentino Sanz. Las otras instituciones educativas en la postguerra española. *Revista de Educación*, Madrid, v. 2000, n. , p.333-358, 2000. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. p.335.

Duas novas disciplinas são estabelecidas: Formação Política para os meninos e Estudos Domésticos para as meninas⁵⁰. Para O'Malley (2010, p.41):

Essas duas disciplinas, assim como a Educação Física (para meninos e meninas separadamente), apenas podiam ser ensinadas por pessoas pertencentes ao Movimento (no caso das meninas, a Seção Feminina). Não se tratava de professores qualificados, mas simplesmente de membros da Falange. (O'MALLEY, 2010, p.41, tradução nossa.)

Ou seja, vemos na afirmação do autor que os professores deveriam ser membros da Falange e apoiar a forma de governo para a transmissão de ideais políticos. Além do mais, o modelo para o novo ensino ia ser medieval, baseada em um reconhecimento do pecado original e na necessidade de corrigir, mediante uma forte disciplina, a natural propensão de toda criança ao fazer o mal⁵¹.

Como citado acima, a Igreja detém o poder da educação, está com ela um dos principais meios de proliferação do regime, é ela quem transmite às crianças as ideias estabelecidas em conjunto pela Igreja e o governo

As bandeiras, hinos, marchas e as saudações franquistas (inspiradas pelo fascismo) também eram utilizados no regime. Nas escolas, conforme Milza (1991) os alunos assistiam o nascer do sol, de braços estendidos, cantando o hino da Falange: *Cara al sol*. As crianças eram, segundo O'Malley (2010), lembradas constantemente de que Franco "libertou" o país.

O Boletim Oficial do Estado (BOE)⁵² em 1938, decreta novas leis para o ensino, onde, desde então, os fundamentos religiosos se tornam visíveis, como podemos observar nas citações a seguir, retiradas do documento:

a) A técnica memorística, produto do sistema imperante, há de ser substituída por uma ação continuada e progressiva sobre a mentalidade do aluno, que de por resultado, não à prática de recitações efêmeras e passageiras, se não, a assimilação definitiva de elementos básicos de cultura e a formação de uma personalidade.

b) A formação clássica e humanista deve ser acompanhada por um conteúdo eminentemente católico e patriótico. O Catolicismo é a medula da História da Espanha. Por isso é imprescindível uma sólida instrução religiosa que se compreenda desde o Catecismo, o Evangelho e a Moral, até a Liturgia, a História da Igreja e uma adequada Apologética, completando-se esta formação espiritual com noções de Filosofia e História da Filosofia.

⁵⁰ O'MALLEY, op.cit., p. 41.

⁵¹ Ibid., p. 42.

⁵² O BOE do ano de 1938 está disponível em: <<https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE/1938/085/A01385-01395.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2017.

c) Complemento natural das humanidades clássicas devem de ser as humanidades espanholas. É nossa língua o sistema nervoso de nosso Império espiritual e herança real e tangível de nosso Império político-histórico. Como disse Nebrija em ocasião memorável, foi sempre a língua companheira inseparável do Império. Só um profundo estudo de nosso idioma sobre seus textos clássicos e a aprendizagem de seu emprego e de suas belezas, podem dar-nos a segurança de que o presente renascer de nosso sentido nacional e patriótico, lavrado a golpes de dor e adversidade, não seja uma exaltação passageira, se não, algo permanente e sustantivo no espírito nas gerações futuras.⁵³

Apenas em 1945, ano final do primeiro período franquista é que o Ensino Primário passa por uma reforma. Agora, segundo O'Malley (2010):

O Ensino Primário se mantinha sob o controle do pároco e dos chefes falangistas; foram introduzidas novas disciplinas e o ciclo, que não guardava relação nenhuma com outros níveis, se iniciava desde os seis até os doze anos de idade. Nas quais não foi feito nada para melhorar as péssimas condições que se desenvolviam as escolas rurais, e em geral este ciclo se contemplava mais como uma maneira de dar uma mínima instrução as crianças da classe operária e camponesa. (O'MALLEY, 2010, p. 42, tradução nossa.)

Para Capelato (2009), a reorganização da educação em termos institucionais ocorreu em 1945 e ficou a cargo de um fervoroso militante da “Ação Católica”, José Ibáñez Martín, o então Ministro da Educação, que se encarregou da “normatização” da Escola sob hegemonia eclesiástica.

De acordo com Capelato (2009) o regime espanhol, após o final da II Guerra, tentou reforçar o seu cunho católico, afastando-se do discurso e das práticas fascistas:

Em 1945, com a derrota do nazifascismo, os responsáveis pelo poder sentiram necessidade de demonstrar, mais do que antes, que o regime era católico e não fascista. Dessa forma, a influência dos católicos em relação à educação tornou-se ainda maior. Na realidade, a aproximação das diretrizes educacionais espanholas com as do nazismo já se mostrara inviável logo no início do regime, quando houve contatos entre representantes dos dois países. A Comissão da Direção Geral de Ensino Primário que visitou a Alemanha ficou negativamente impressionada com o racismo e anticristianismo dos nazistas; Romualdo Toledo, que fez parte dessa Comissão, redigiu um informe a Franco no qual recomendava não imitar, em absoluto, o nazismo no âmbito escolar. A força dos católicos no sistema educacional sempre foi muito grande, mas os falangistas, adeptos do Eixo, também marcaram presença. No entanto, com a derrota do nazifascismo estes ficaram afastados desse campo político. (CAPELATO, 2009, p. 126)

⁵³ Tradução nossa.

O BOE em 1945, em seu capítulo I, dispõe⁵⁴:

Artigo primeiro- A educação primária é o primeiro grau da formação ou desenvolvimento racional das faculdades específicas do homem. Tem por objeto:

- a) Proporcionar a todos os espanhóis a cultura geral obrigatória.
- b) Formar a vontade, a consciência e o caráter da criança em ordem ao cumprimento do dever e a seu destino eterno.
- c) Infundir no espírito do aluno o amor e a ideia do serviço à Pátria de acordo com os princípios inspiradores do Movimento.
- d) Preparar as crianças para posteriores estudos e atividades de caráter cultural.
- e) Contribuir, dentro de sua própria esfera, para a orientação e formação profissional para a vida do trabalho agrícola, industrial e comercial.⁵⁵

Os artigos II, III e IV reconhecem os três pilares para a educação: o direito da família, direito da Igreja e direito do Estado. A educação primária deveria ser obrigatória e gratuita segundo o artigo treze.

Sobre o período de graduação escolar dispõe:

Artigo 18: Em harmonia com o desenvolvimento psicológico dos alunos, o ensino primário compreenderá os seguintes períodos:

Primeiro. – Período de iniciação, que compreenderá:

- a) Escolas maternas, até os quatro anos de idade.
- b) Escola infantil, dos quatro aos seis anos de idade.

Segundo. – Período de ensino Elemental, dos seis aos dez anos de idade.

Terceiro. - Período de aperfeiçoamento, dos dez aos doze anos de idade.⁵⁶

Sobre as disciplinas, prevê o:

Artigo 37: O Ensino primário se organizará em plano cíclico e de conformidade com o desenvolvimento psicológico dos escolares através dos distintos períodos de graduação e abarcará os seguintes grupos de conhecimento:

- a) Instrumentais, ou seja, aquelas noções e hábitos indispensáveis no estudo das diversas matérias de ensino e práticas dos exercícios educativos. Ficam compreendidas nestas partes a Leitura Interpretativa, a Expressão Gráfica (Escritura, Ortografia, Redação, e Desenho) e o Cálculo.
- b) Formativos, entendendo-se por aqueles que constituem a base da educação moral e intelectual. Quatro ordens de conhecimento abarcam esse ponto: primeiro, o de formação religiosa; segundo, o de formação do espírito nacional, em que se inclui também a Geografia e História, particularmente da Espanha; terceiro, o de formação intelectual, que compreende a Língua Nacional e a Matemática e quarto, a Educação Física, que contém a Ginástica, os esportes e os jogos dirigidos.

⁵⁴ Recomenda-se a leitura integral das reformas educacionais em 1945. Documento disponível em: <<http://www.boe.es/datos/pdfs/BOE/1945/199/A00385-00416.pdf>>

⁵⁵ Tradução nossa.

⁵⁶ Tradução nossa.

c) Complementares, os que completam a cultura mínima primária, mediante a iniciação nas Ciências da Natureza ou tem caráter artístico (Música, Canto e Desenho) ou utilitário (Trabalhos Manuais, práticas de oficinas e trabalhos femininos)⁵⁷.

Como citado no artigo acima, os trabalhos femininos eram apresentados como um conteúdo, ou seja, a mulher era retratada como condutora de afazeres domésticos⁵⁸, além do mais, a educação era separada por sexos, como mostra o seguinte artigo:

Artigo 14: O Estado por razão de ordem moral e de eficácia pedagógica, prescreve a separação de sexos e a formação peculiar de meninos e meninas na educação primária⁵⁹.

Ademais, Capelato (2009, p.241) afirma que “o perfil da menina também foi claramente explicitado em *Flechas*, periódico publicado por uma organização infantil feminina ligado ao franquismo, no qual se lê:”

“As flechas sabem cantar, e rezar e obedecer. Fazem esporte para se tornarem sãs e fortes e divertir-se sem menoscabo de sua inocência e de sua saúde...⁶⁰

A Educação Física, comandada pela Falange também aparece na reforma:

Artigo 11: Da educação primária como parte importante da Educação Física, não apenas relacionada as práticas higiênicas, mas no que esta educação representa fisiologicamente para formar uma juventude forte, saudável e disciplinada.

A ginástica educativa os jogos e esportes, escolhidos entre os mais eficazes por sua tradição ou interesse pedagógico, são instrumentos imediatos do desenvolvimento físico dos alunos e mediando a formação intelectual e moral⁶¹.

Para Capelato (2009) os livros didáticos introduzidos no período franquista estabeleciam os ideários patrióticos e religiosos:

A criança era considerada pura porque livre do pecado original; tal concepção denota uma visão encantada da origem que foi estendida para a nação espanhola, constituída pelos Reis Católicos responsáveis por livrar o

⁵⁷ Tradução nossa.

⁵⁸ “A formação do povo da “Nova Espanha” ficava a cargo das mulheres, que deveriam ser preparadas para essa nobre missão desde a infância a partir de valores morais, patrióticos e, acima de tudo, religiosos”. (CAPELATO, 2009 p.133)

⁵⁹ Tradução nossa.

⁶⁰ Anuário franquista. Seção feminina, 1941, p.241 *apud* CAPELATO, 2009, pg. 133.

⁶¹ Tradução nossa.

povo da impureza original. Mas as mensagens veiculadas nos livros infantis alegavam que a pureza desse povo fora contaminada, novamente, pelos republicanos materialistas (liberais, anarquistas, socialistas e comunistas) que haviam controlado o poder no passado recente. O apelo ao patriotismo infantil era justificado pela crença de que, através da criança (que representa o futuro nesse imaginário), a inocência primeira seria restituída. (CAPELATO, 2009, p. 121)

Ainda segundo a mesma autora, “os textos de história da Espanha para o ensino primário apresentavam uma interpretação do passado adaptada às conveniências políticas e ideológicas do momento” (CAPELATO, 2009, p.122).

Capelato (2009), em um estudo de análises de livros didáticos do período franquista, relata que no prólogo do livro denominado “Desde el pilar de la raza hasta la cruz en la Alhambra” destinado ao ensino primário, acreditava-se que:

[...] a história deveria “entrar na mente da criança, impressionando sua sensibilidade, revestida de verdade que é una, mas ornamentada com o manto diáfano da fantasia”. Por esse motivo cuidou que as narrativas fossem feitas num estilo rápido, cortado, sem complicar as frases. Deixava clara sua pretensão de ter escrito para o coração das crianças que “necessitam de calor”. Já nesse primeiro texto é claro o entrelaçamento do religioso com o patriótico. Em todos os livros analisados, Deus e Pátria aparecem como os dois pilares do novo regime, e essa ideia é representada de várias formas (...) (CAPELATO, 2009, p. 126)

A veneração ao líder, assim como contida em atos políticos e propagandas estavam presentes nos livros didáticos escolares, como mostra a autora:

Além de alimentar devoção religiosa, sentimentos patrióticos e valores morais, as mensagens contidas nos livros estimulavam a veneração ao Chefe — identificado como salvador da pátria —, o amor à família e o respeito à tradição. Contos, fábulas e historietas de conteúdo moral, poesias, canções e orações compunham um universo marcado pelo maniqueísmo: as virtudes tidas como positivas mereciam recompensas na terra ou no céu, e as negativas, castigos. Muitas imagens eram ameaçadoras e estimulavam o temor: por esse caminho, contribuíam para disciplinar as mentes infantis “vacilantes” ou “rebeldes”. (CAPELATO, 2009, p. 131)

Os livros infantis também conduziam ao disciplinamento de crianças:

Todos os autores dos livros infantis procuravam produzir sentimentos exaltados nos jovens leitores, porém o que mais se caracterizou por um forte apelo emocional foi o de autoria de Agustín Serrano de Haro, intitulado *Yo soy español*. O autor esperava que a leitura de seu livro deixasse as “entranhas [das crianças] tremendo de emoção”. Considerando que a alma infantil tinha uma plasticidade assombrosa, pretendia gravar nelas a marca dos grandes exemplos. Pretendia, também, que o medo dos males

advindos do pecado original ficassem profundamente arraigados no espírito infantil. (CAPELATO, 2009, p.136)

Assim, vemos no período estudado, a educação como pilastra e garantia de um governo autoritário, foi no meio educacional que ideologias foram instaladas, fazendo com que crianças, desde sua menor idade, aprendessem os valores patrióticos e religiosos. Nos livros didáticos⁶² percebe-se a presença, em todo o tempo, de influências religiosas e estatais.

Conclui-se este capítulo com a citação de Capelato (2009), apontando a importância dos livros didáticos para a formação de uma criança manipulada pelos princípios maniqueístas e a ideologia do governo franquista:

Nesse tipo de imaginário social que os livros didáticos ajudaram a construir, as crianças aprendiam que a violência contra os “maus” era legítima. A plêiade de heróis, santos e sábios e seus valores decantados nas páginas dos livros contribuía para a identificação das pessoas comuns, desde cedo, com os exemplos do “bem”, numa atitude passiva de veneração e reconhecimento. (CAPELATO, 2009, p. 140)

A seguir, será comparada a educação primária no Brasil e na Espanha no período de 1937 a 1945.

⁶² Os livros escolares infantis produzidos durante o franquismo, sobretudo nas primeiras décadas, quando a construção do novo regime se fez num cenário de crise decorrente da sangrenta Guerra Civil, tiveram papel importante no que se refere à veiculação de um imaginário coletivo religioso e patriótico. A crise era identificada como caos produzido em virtude de desmandos cometidos pelos dirigentes anteriores, vistos como materialistas inimigos da Pátria católica. O passado republicano foi execrado, e a “Nova Espanha”, que recuperou o catolicismo como elemento constitutivo da nação, foi glorificada. (CAPELATO, 2009, p.121)

6 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NO ENSINO PRIMÁRIO ENTRE OS DOIS PAÍSES

Como vimos nos capítulos anteriores, as políticas estabelecidas entre os dois países no período de 1937 a 1945 são bastante semelhantes, porém existem algumas diferenças. Neste capítulo, a partir de quadros comparativos serão analisadas e comparadas as relações que a Igreja, o Exército e o Estado mantinham sobre o ensino primário nos países estudados.

A Igreja, parte politicamente importante no período, mantinha o seu poder sobre a educação. Em seguida será analisado o seu papel na educação primária.

Quadro I – O papel da Igreja no campo educacional

IGREJA	
ESTADO NOVO	FRANQUISMO
Relação de <u>colaboração</u> entre Igreja e Estado (“poder político” e “poder espiritual”); ensino religioso nas escolas primárias como facultativo; pregação e “domínio sobre as almas”; ensinar aos fiéis a obediência à lei, a ordem e a disciplina.	Relação de <u>associação</u> entre Igreja e Estado; ensino religioso católico obrigatório; grande responsabilidade sob a educação; atuação ampla e integral no ensino; celebrações religiosas nos centros escolares; exerce papel relevante como a orientação cultural, o controle ideológico e a influência moral.

Fonte: Criado pela autora, 2017.

Os papéis que as Igrejas representam em ambos os países são claros. A estreita relação que a Espanha tinha com a instituição se dá no fato de que Franco, um católico fervoroso, tinha o apoio da Igreja. Em 20 de maio de 1939, no início do

período Franquista, por exemplo, Francisco Franco recebe a benção da Igreja espanhola. O Estado então, se declarava católico⁶³.

Ao iniciar o período franquista, foi devolvido à Igreja o poder perdido na Segunda República. Assim, no campo educacional, acentua-se a influência católica.

Francisco Franco e a Igreja ganharam juntos a guerra e juntos gerenciaram a paz, uma paz a seu gosto, com as forças repressivas do Estado reprimindo os cativos e os desarmados *vermelhos*, enquanto os bispos e clérigos supervisavam os valores morais e educavam as massas nos princípios dos dogmas católicos. Houve nesses largos anos, tragédia e comédia. A tragédia de dezenas de milhares de espanhóis fuzilados, presos, humilhados. E a comédia do clero passeando a Franco debaixo do pátio e deixando para a posteridade um rosário interminável de ovações e adesões incondicionais à sua ditadura. (CASANOVA, 2008, tradução nossa.)

No Brasil, a Igreja Católica necessitava se reestabelecer e se legitimar novamente, pois com a laicidade do Estado desde a Proclamação da República ela perde a sua força. Assim, é estabelecida uma aliança entre Igreja e Estado já que possuíam interesses mútuos.

Embora a Constituição outorgada de 1937, anulasse as conquistas católicas alcançadas em 1934, o Estado Novo tendeu a manter e aumentar os favores governamentais à Igreja. Segundo Arthur César Isaia, “baseando-se em um “pacto moral” garantido pela amizade entre o Cardeal D. Leme e Vargas. A Igreja teria sofrido o “contágio” do populismo getulista, tornando-se um instrumento de colaboração, para docilizar o povo e torná-lo útil aos objetivos governamentais”.⁶⁴

De acordo com Lira Neto (2013), Vargas era um anticlerical na juventude. No seu “discurso acadêmico de formatura, dissera que o cristianismo representava um atraso para a história da humanidade”. Todavia, após a Revolução de 1930, aquele homem essencialmente cético, “passara a utilizar a religião como instrumento político na luta contra o fantasma comunista. Pragmático, desde sua chegada ao

⁶³ MEMORIA de España - España, España. Produção de Fernando García de Cortázar. Espanha: Radiotelevisión Española, 2005. Son., P&B. Disponível em: <<http://www.rtve.es/alcarta/videos/memoria-de-espana/memoria-espana-espana-espana/3298145/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

⁶⁴ ISAIA, Artur César. Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p.151. *apud* SANTOS, 2008, p.4

poder tomara uma série de medidas que o fizeram gradativamente conquistar a simpatia e a adesão do clero a seu governo”. (LIRA NETO, 2013, p.202)

Tanto Vargas como Franco, estabelecem o papel da Igreja como parceira dos ideais do Estado. No Brasil, a relação de colaboração entre Igreja e Estado é mais sóbria, pois ao ligar "poder político" com o "poder espiritual" é determinado o vínculo político, com objetivos comuns, sobretudo de caráter político. No Franquismo, os objetivos eram políticos, claro, porém, o fato de Franco ser católico faz com que se estabeleçam (entre Igreja e Estado) uma ligação que extrapola o universo político, o Estado franquista torna-se religioso e constitui-se no nacionalcatolicismo (BOTTI, 1992).

O objetivo de ambos era aproveitar o forte poder que a Igreja tinha de disseminar as ideologias que os Estados determinavam como a ordem, a disciplina, os valores ligados à Pátria e o respeito ao presidente.

Diferentemente da Espanha, onde a educação era responsabilidade dos nacionalistas católicos, no Brasil, o ensino religioso na educação primária não era obrigatório, mas sim facultativo⁶⁵. Segundo Capelato (2009, p.125) em 1938, na Espanha, começaram a ser postos em prática os novos fundamentos educacionais para o conjunto do país e, desde então, a influência da Igreja tornou-se visível:

Estabeleceu-se, também, que a educação religiosa incluía a obrigatoriedade do catecismo e a recomendação de que, no ensino das Ciências, da História e da Geografia, fosse aproveitado qualquer tema para deduzir consequências morais e religiosas. O mestre deveria ir à missa, ler o Evangelho e as Encíclicas papais de tipo social apresentadas como alternativa ao credo materialista. (CAPELATO, 2009, p.125.)

No Brasil, o ensino religioso era (e continua sendo) de matrícula facultativa, não se estabelecendo uma relação direta com a Igreja na condução da educação:

A influência dos católicos é evidente no projeto centralizador do regime, que tinha a família, constituída pelo casamento indissolúvel e sob proteção especial do Estado, como um dos pilares de sustentação do governo⁶⁶. A criação da Comissão Nacional de Proteção da Família, em 1939, e a elaboração do decreto-lei 3.200, de 19 de abril de 1941, dispunham sobre a organização e proteção da família brasileira e integravam um projeto maior

⁶⁵ Para a melhor compreensão do motivo para que o ensino religioso no ensino primário fosse facultativo é recomendada a leitura: HORTA, 2011.

⁶⁶ Constituição da República dos Estados Unidos de Brasil, de 16 de julho de 1934, art. 144. *apud* FERREIRA, 2008, p.30

que tinha relação direta com o mundo do trabalho, o controle da política da previdência social, o papel da mulher e suas responsabilidades, a educação infantil e o desenvolvimento de uma política populacional para o país. Estas diretrizes foram acompanhadas de perto por setores católicos que influenciaram na composição moral deste núcleo. (FERREIRA, 2008, p.30)

O fato é que, tanto no Brasil, como na Espanha, a Igreja atuou (e atua) de forma incontestável. Ela estava presente, em graus diferentes, nas escolas e transmitindo de todas as maneiras a ordem, a disciplina e o respeito ao líder. Na Espanha, porém, seu papel é ainda maior, já que Franco, um católico praticante, fazia questão de dar a Igreja um papel de destaque: o de combater o pecado comunista e suas consequências perante Deus e elevar o amor à pátria, inclusive nos livros didáticos.

O quadro II, traz o papel que o Exército exercia no campo escolar em cada país.

Quadro II – O papel do Exército no campo educacional

EXÉRCITO	
ESTADO NOVO	FRANQUISMO
Relação de integração entre o Exército e o sistema educacional; educação e segurança nacional; intervenção direta das autoridades militares nas questões educacionais; a disciplina de Educação Física como área sensível aos interesses dos militares; atuação na formação de professores.	Relação de integração entre Exército e Estado; disciplina de Educação Física comandada pela Frente de Juventudes; Educação Física como uma ferramenta pré-militar; atuação na formação de professores.

Fonte: Criado pela autora, 2017.

Nos dois países, a função que o Exército exerce é de auxiliar o Estado quanto à educação militar. Vimos nos capítulos anteriores a disciplina de Educação Física

como a aliada do Exército. A Educação Física era voltada para a preparação da juventude para atuação nos futuros conflitos armados.

Na Espanha e no Brasil, a ocupação dos Exércitos eram as mesmas: auxiliar e contribuir na disciplina de Educação Física, preparando os alunos e professores.

No Brasil, segundo Horta (1994):

A presença dos militares no sistema de ensino por meio da instrução pré-militar foi de pequeno alcance e de pouca duração. Quanto à sua influência no desenvolvimento da educação física no Brasil, tanto no que se refere à sua concepção e aos seus métodos, quanto à sua prática, esta foi real e duradoura. (HORTA, 1994, p.53)

Na Espanha, o corpo era objeto de beleza e força, portanto:

[...] o corpo é matéria básica carente de vontade individual, e colocada ao serviço do coletivo para a criação de imagens visuais poderosas e impactantes, cheias de vigor e ordem. Os atos do novo Regime irão muito frequentemente acompanhados de demonstrações, atuações multitudinárias de exaltação dos valores patrióticos, nas quais a uniformidade dos corpos estáticos ou em movimento, a absoluta geometrização do espaço e a perfeita sincronia de movimento se convertem em fiel reflexo da uniformidade e unidade ideológica pretendida. As demonstrações se convertem assim em médio para que a sociedade “visualize” a presença onipresente do novo modelo autoritário e a mensagem que quer fazer cumprir. (LÓPEZ, 2012, p.4)

Em ambos os países a Educação Física é objeto evidente de atuação do Exército. Na Espanha, como vimos, a exaltação da beleza e do corpo era evidente, no Brasil, no entanto, a educação militar era voltada, principalmente, para a exaltação do amor à Pátria.

O governo de Getúlio Vargas estabeleceu, assim, uma política estatal para a Educação Física. Tornou-a importante na legislação, atingindo o status constitucional, mas, além disso, promoveu grandes eventos – capitalizados politicamente pelo presidente – cujas exhibições de ginásticas por escolares constituíam um dos pontos altos. (ALMEIDA, 2010, p. 14).

O corpo a serviço da ideologia estava presente nos governos autoritários e totalitários da época, era visto como uma ferramenta para a guerra para que o indivíduo atuasse com melhores condições nos serviços militares.

Na Espanha, inclusive na disciplina de Educação Física, o ensino para meninos e meninas se diferenciavam:

Ao desaparecer a educação conjunta, a Educação Física que receberam meninos e meninas estará diferenciada em função dos organismo encarregados de sua gestão, a Frente de Juventude para eles e a Seção Feminina para elas, e dos papéis designados a cada um dos sexos. Para os meninos, o esporte e a Educação Física são consideradas práticas idôneas para o desenvolvimento das virtudes ideais que pretende implantar o Regime. O corpo viril ao serviço de altas metas gera um discurso cheio de terminologia épica, mas carente de referências teóricas e de propostas concretas. (LÓPEZ, 2012, p.4, tradução nossa.)

O Exército também auxiliava na educação varguista. Era necessária a formação de jovens fortes, que respeitassem à Pátria e estivessem em boa disposição para servir o Estado:

A participação das forças militares na educação nacional reforçava a idéia da escola como instrumento eficaz de controle social e a necessidade deste controle ser conduzido por uma política de militarização cívica, na qual disciplina, hierarquia, cooperação, subordinação moral e culto ao civismo inculca nas jovens gerações a mentalidade do novo ambiente político. (FERREIRA, 2008, p.32)

A realização da formação de professores no Brasil, segundo Horta (1994, p.72) era feita pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, criada em 1939, na Universidade do Brasil. Os militares participaram da formação e organização desta escola e assumiam sua direção. Ainda de acordo com o mesmo autor, após essa criação, era necessário o diploma de licenciado para o exercício da função de professor nas escolas.

Desta forma, estava sob a responsabilidade do Exército a Divisão de Educação Física, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos e a formação de professores.

Portanto, a participação do Exército nas escolas era, de toda forma, evidenciada pela disciplina de Educação Física, principalmente na formação de professores.

Concluimos então, que em ambos os países, o papel do Exército é de preparar fisicamente o aluno e instituir através da formação de professores e alunos, para a ordem e a disciplina. Assim, a ligação estabelecida entre Exército e Estado se

faz presente todo o tempo ao revermos a forma como a Educação Física é exercida, sendo mais um objeto de transmissão de ideologias políticas dos países estudados.

A seguir, a quadro III apresentará a influência do Estado dentro das escolas, ou seja, a influência do líder, seus ideais e seus objetivos perante a educação.

Quadro III - O Estado e suas influências na educação primária

O ESTADO	
ESTADO NOVO	FRANQUISMO
Ensino de Educação Moral e Cívica cumprido de maneira integral nas escolas; disciplina obrigatória de Canto Orfeônico; execução obrigatória do Hino Nacional em escolas públicas; livros didáticos como propagandista do regime; alunos subordinados às ideologias políticas; exaltação da ordem e disciplina.	Educação separada por sexo; execuções obrigatórias de hinos e saudações; livros didáticos enaltecendo a figura do “chefe”; alunos subordinados às ideologias políticas; exaltação da ordem e disciplina.

Fonte: Criado pela autora, 2017.

O papel que o Estado tinha sob a educação é de forte atuação. No Brasil, por exemplo, vemos o ensino de Educação Moral e Cívica como um instrumento do governo para estabelecer a preparação para um homem completo, como cidadão e trabalhador, além de elevar o amor à Pátria. Seria também, através da disciplina que os princípios necessários para tais características seriam ensinados. “Cada grupo dispõe da ideologia que convém ao papel que ela deve preencher na sociedade de classe: papel de explorado (a consciência “profissional”, “moral”, “cívica”, “nacional”, e apolítica altamente “desenvolvida”)” (ALTHUSSER, 1985, p.79).

No Brasil, o Canto Orfeônico, disciplina obrigatória, era utilizada, segundo Horta (1994, p.182), como instrumento de promoção do civismo e da disciplina

coletiva, seus hinos e canções patrióticas eram destinados a “inspirar o amor e orgulho pelo Brasil, forte e pacífico.”⁶⁷

Os hinos também faziam parte do cotidiano dos alunos espanhóis:

Os autores que apresentam uma interpretação crítica do regime franquista em relação à educação afirmam que, sobretudo nas duas primeiras fases, a escola passou a se caracterizar por hinos e rezas, crucifixos, exaltação de Franco e José Antonio, medo da palmatória, rotina, ensino tradicional e pedagogia arcaica. (CAPELATO, 2009, p.135)

Em ambos os países, o nacionalismo era o “ponto forte” dos regimes, por isso, os livros didáticos do período apresentavam características de enaltecimento da pátria. No Estado Novo, os livros “chegavam à sala de aula como uma ferramenta central no exercício diário de professores e alunos, possuindo uma dimensão argumentativa capaz de acessar outros espaços.” (OLIVEIRA; BICALHO, 2014, p. 206):

A imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse (sic), do que como ela realmente é. Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados⁶⁸.

Segundo Oliveira e Bicalho (2014), no Brasil, os livros didáticos enalteciam a importância do trabalho, “no entanto, essa mensagem era veiculada de forma didática, em tom coloquial, em manuais escolares que, além de reforçar o valor do trabalho, promoviam o presidente à condição de um trabalhador que os brasileiros deviam ter como exemplo” (OLIVEIRA; BICALHO, 2014, p.213).

Na Espanha acontece o mesmo, como já citado em Capelato (2009, p.136), os autores dos livros didáticos tinham a preocupação em produzir sentimentos nos jovens leitores:

⁶⁷ Portaria ministerial nº 167, de 8 de março de 1943. *Formação*, n.3, abril de 1943. P.75-76. *apud* HORTA, 1994, p.182.

⁶⁸ CHOPPIN, 2004, p.557. *apud* OLIVEIRA; BICALHO, 2014, p.208.

As imagens nos livros didáticos, sobretudo os destinados às crianças, visavam tornar o texto escrito mais leve, como esclareciam alguns autores. No entanto, as que foram impressas nos livros analisados causam forte impacto, apesar de estarem sempre em branco e preto. Essas duas formas de linguagem, que nas páginas dos livros infantis compõem uma unidade, completam-se com as legendas: elas são importantes porque direcionam o olhar e o sentido do texto. (CAPELATO, 2009, p. 119)

Na Espanha, os livros apresentavam características religiosas e políticas como aponta Capelato (2009):

A escolha desse tipo de documento relacionado à educação primária no franquismo deve-se ao fato de que o ensino, nesse período da história espanhola, foi concebido por seus autores como arma de persuasão, com vistas a fomentar um patriotismo aguerrido que se confundia com devoção religiosa e política. O conteúdo desses livros se caracterizava pelo forte apelo emocional expresso não só nos textos escritos, mas também nas imagens que os ilustravam de forma exemplar. (CAPELATO, 2009, p.120)

Portanto, ao compararmos os livros didáticos nos países analisados, vemos os objetivos dos governos sendo transmitidos: a importância do trabalho, a ordem e a disciplina estabelecidas nas páginas em branco e preto e até mesmo o combate ao pecado como “disciplina”.

Vimos ao longo deste trabalho as formas de regimes do Estado Novo e do Franquismo no período de 1937 a 1945. A partir de então, podemos observar características semelhantes nos governos.

O totalitarismo é “uma forma de governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico.” (ARENDR, 1989, p.526 *apud* VICENTE, 2015, p.90) e o AIE escolar obtém a base em suas mãos, pois:

Ela se encarrega das crianças de todas as classes sócias desde o Maternal, e desde o Maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante em estado dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia). (ALTHUSSER, 1985, p.79).

Assim, concluo este capítulo com o propósito de esclarecimento das semelhanças e diferenças estabelecidas nos regimes totalitários estudados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho observamos fatos semelhantes que antecederam a imposição dos Estados de tipo totalitários nos países estudados. A população insatisfeita e o fato dos grupos estarem claramente divididos entre o “tradicional” e o socialismo e a laicidade, geraram conflitos sangrentos em ambos os países.

A história dos países que passaram por regimes totalitários são semelhantes quando comparamos a função do líder, que é a de lapidar um Estado subordinado a ele com valores tradicionais e estabelecendo a ordem e a disciplina.

Vemos, porém, as diferenças entre Brasil e Espanha que passaram por regimes políticos inspirados no fascismo, como por exemplo, a função do papel da Igreja em cada um. Embora, seu papel fosse de extrema importância ao transmitir os ideais em ambos os países, na Espanha, sua função é ainda maior, uma vez que o Estado declarava-se católico.

Nas escolas, concluímos que o papel exercido pelo Estado era único e impregnado de conteúdo político-ideológico autoritário, visto que era pela educação das crianças que o país se levantaria e se transformaria.

A função atribuída à Igreja na Espanha era de domínio sobre a educação. Talvez, ainda mais que o Estado, a Igreja mandou e desmandou no campo educacional, pois, como vimos, sua posição era de total liberdade ao transmitir os princípios às crianças.

No Brasil e na Espanha a educação foi reestruturada “de cima para baixo”. As reformas educacionais se iniciaram nos ensinos universitários e secundários com o objetivo de preparar os jovens para o mercado de trabalho. No entanto, o ensino primário foi deixado, no primeiro momento, à margem das reformas, sendo estabelecidos a partir de 1945.

Concluo, portanto, constatando que no período estudado, a educação primária, destinada a seres que ainda estavam se formando fisicamente e psicologicamente, era objeto do Estado, da Igreja e do Exército, pois, eram eles que tinham sob suas mãos a educação das crianças.

As crianças foram submetidas ao poder do Estado, seus pais e professores não podiam ter opiniões opostas ou manifestar-se contra o modelo educacional governamental, apenas deveriam obedecer o que era imposto. Deveriam aprender sobre a ordem, a disciplina, a religião e o quão mal era a desobediência perante Deus, a Igreja e o líder.

Franco e Vargas conquistaram povos devido ao carisma e ao uso da força física e da propaganda. A autopropaganda, a criação de órgãos de controle da imprensa e a censura os transformaram em homens admirados e adorados. Assim como Getúlio que conquistou devido ao carisma e sua empatia para com o povo, Franco, ao exercer seu papel de “Salvador da Pátria” torna-se carismático e adorado.

O objetivo deste trabalho foi o de repensar o ensino primário em regimes totalitários em dois países com estruturas e desenvolvimentos extremamente diferentes, mas que fascinados pelos governos que estavam tomando força em grandes países da Europa, estabeleceram tais regimes em seus próprios países. Assim, a educação, o principal meio de transmissão das ideias políticas, utilizada como AIE ocupou lugar nos governos totalitários estudados e foi utilizada como disseminadora das intenções políticas e religiosas, buscando atender e propagar as aspirações capitalistas do mundo ocidental.

Acredita-se que o propósito inicial deste trabalho esteja concluído. Entretanto, este estudo não esgota o assunto, uma vez que muitos aspectos do período tratado ainda necessitam ser estudados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adilson José de. História da Educação Física no Exército Brasileiro: história do corpo e formação do Estado. **Record**: Revista de História do Esporte. Vol.3, nº.2, dezembro de 2010. Disponível em: http://www.sport.ifcs.ufrj.br/record/pdf/recordV3N2_2010_12.pdf. Acesso em: 02 set. 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 127 p. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro.

BRASIL. Constituição (1937). **Leis Constitucionais**. Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 25 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 383, de 18 de Abril de 1938**. Rio de Janeiro, Seção 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jul. 2017.

BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 136-166.

BOTTI, Alfonso. **Cielo y dinero**: el nacionalcatolicismo en España (1881-1975), Madrid, Alianza, 1992.

BUADES, Josep M.. **A Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=48VnAwAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=en&pg=GBS.PT3>. Acesso em: 02 ago. 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 107-143. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/53474163/CAPELATO-Maria-Helena-O-Estado-Novo-o-Que-Troxe-de-Novo>. Acesso em: 12 ago. 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, p.117-143, mar. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a05v2957.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 387 p.

CASANOVA, Julián. La Iglesia y la represión franquista. **El País**. Espanha. 26 nov. 2008. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2008/11/26/opinion/1227654005_850215.html>. Acesso em: 25 ago. 2017.

COTERÓN LÓPEZ, Javier. La educación física en los primeros años del franquismo (1939-1945). **Materiales Para La Historia del Deporte**, Madrid, v. 10, p.1-11, 2012. Universidad Politécnica de Madrid. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/materiales_historia_deporte/article/viewFile/540/689>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um novo Plano Nacional de Educação. **Cadernos de Pesquisa**. v. 41, n. 144, p.791-811, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a08.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

ESPAÑA. Constituição (1938). Lei nº 85, de 23 de setembro de 1938. JEFATURA DEL ESTADO. **Jefatura del Estado**. Espanha, Disponível em: <<https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE/1938/085/A01385-01395.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ESPAÑA. Constituição (1945). Lei nº 199, de 17 de julho de 1945. **Ley de 17 de Julio de 1945 Sobre Educación Primaria**. Espanha. Disponível em: <<http://www.boe.es/datos/pdfs/BOE/1945/199/A00385-00416.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 1999. 660 p.

FERNÁNDEZ PUIG, Alberto. **La dictadura franquista**: régimen político, evolución social y económica. 2011. Elaborada por: Proyecto Clío. Disponível em: <<http://clio.rediris.es/n37/oposiciones2/tema69.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o Estado Novo (1937- 1945)**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93413/ferreira_rcc_me_assis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 ago. 2017.

GALEOTTI, Carlo. **Credere, obbedire, combattere**: I Catechismi del Fascismo. Viterbo: Stampa Alternativa, 1998. 217p.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 295 p.

LEMONS JÚNIOR, Wilson. O ensino do canto orfeônico na escola secundária brasileira (1930 e 1940). **Revista Histedbr On-line**, Campinas, v. 0, n. 42, p.279-295, jul. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art18_42.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

LIRA NETO, João de [Lira] Cavalcante. **Getúlio**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 494 p.

LOUREIRO, Hercília Helena Paraluppi. **Educação no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945)** 2000. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, G.; SCHIMITT, J. **História dos jovens**: a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.2.p.259-90.

MAYORDOMO, Alejandro (Org.). **Estudios sobre la política educativa durante el Franquismo**. Valência: Universitat de València, 1999. 305 p. Disponível em: <https://books.google.es/books?hl=es&lr=&id=yRVAVD_S1uAC&oi=fnd&pg=PA3&dq=la+educación+en+el+franquismo&ots=1O-NHj4L0H&sig=KA0Vh2BPRIhIMuaXCAHc990wrlw#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 02 ago. 2017.

MEMÓRIA de España - ¡**Franco, Franco, Franco!**. Direção de Fernando García de Cortázar. Espanha: Radiotelevisión Española, 2005. Son., P&B. Disponível em: <<http://www.rtve.es/alacarta/videos/memoria-de-espana/memoria-espana-franco-franco-franco/1505495/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MEMORIA de España - **España, España**. Produção de Fernando García de Cortázar. Espanha: Radiotelevisión Española, 2005. Son., P&B. Disponível em:

<<http://www.rtve.es/alacarta/videos/memoria-de-espana/memoria-espana-espana-espana/3298145/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MILZA, Pierre. **Les fascismes**. Paris: Seuil, 1991.

MORLINO, Leonardo. Franquismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Unb, 1998. p. 525-528. Tradução de Carmen C. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

NAVARRO SANDALINAS, Ramón. El franquismo, la escuela y el maestro (1936-1975). Historia de la educación: **Revista interuniversitaria**, n. 8, p. 167-180, 1989. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=87427>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

OLIVEIRA, Fernanda Alves da Silva; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. LIVROS DIDÁTICOS E ESTADO NOVO: UM PROJETO IDEOLÓGICO. **Opsis**, Catalão, v. 2, n. 14, p.202-220, jul. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Asus/Downloads/30213-143965-1-PB.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

O'MALLEY, Pamela. LA EDUCACIÓN EN LA ESPAÑA DE FRANCO. In: O'MALLEY, Pamela. **La educación en la España de Franco**. 2. ed. Madrid: Gens, 2010. Cap. 1. p. 27-45.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. **Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites**. 1987. Elaborada por Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6583/794.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

PÉREZ GALÁN, Mariano. La Enseñanza en la Segunda República. **Revista de Educación**, Madrid, v. 2000, n. , p.317-332, 2000. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Disponível em: <https://books.google.es/books?hl=es&lr=&id=3HCrhiL6XiMC&oi=fnd&pg=PA7&dq=la+educación+en+el+franquismo&ots=w_lqVA0Ybs&sig=2p3-GdeOAJ8HKKBD61wNT-MzNZI#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 05 ago. 2017.

PIANA, Maria Cristina. As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização. In: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do**

assistente social no cenário educacional. São Paulo: Unesp, 2009. p. 57-83. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-03.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

POMAR, Wladimir. **Era Vargas: a modernização conservadora.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1999. 56 p.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 21. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 163 p.

SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Jesús. **El franquismo.** 2005. Elaborada por: Rebelión. Disponível em: <<http://rebelion.org/docs/22842.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SANTOS, Ademir Valdir dos. **O currículo da escola primária no Estado Novo: o abasileiramento infantil.** 2006. Educere. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-039-TC.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

SANTOS, Carla Xavier dos. **A relação da Igreja Católica com o Estado Novo através do olhar da imprensa católica gaúcha.** 2008. IX Encontro Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul - ANPUH -RS. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211599064_ARQUIVO_ArelacaodalgrejaCatolicacomoEstadoNovo.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

SANZ FERNÁNDEZ, Florentino. Las otras instituciones educativas en la postguerra española. **Revista de Educación**, Madrid, v. 2000, n____, p.333-358, 2000. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Disponível em: <https://books.google.es/books?hl=es&lr=&id=3HCrhiL6XiMC&oi=fnd&pg=PA7&dq=la+educación+en+el+franquismo&ots=w_lqVA0Ybs&sig=2p3-GdeOAJ8HKKBD61wNT-MzNZI#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 05 ago. 2017

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M.. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

SIMÕES, Renata Duarte; GOELLNER, Silvana Vilodre. Educação Física e esportes na Ação Integralista Brasileira: Hollanda Loyola e a educação do corpo. **Rev. bras. Educ. Fis. Esporte**, São Paulo, v.26, n.2, p.263-72, abr./jun. 2012

SKIDMORE; Thomaz. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 512 p.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. 328 p.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Arendt: Marx e o totalitarismo. **Argumentos**, Fortaleza, v. 7, n. 14, p.89-99, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/viewFile/19110/29828>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe

Departamento de Educação

Mayara Gisele Pereira

Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia